

SANTA CATARINA (ESTADO) PRESIDENTE

(FELIPPE SCHMIDT)

MENSAGEM . . . 14 DE AGOSTO DE 1916.



MENSAGEM APRESENTADA
AO CONGRESSO REPRESENTATIVO, EM
14 DE AGOSTO DE 1916, PELO DR.
FELIPPE SCHMIDT, GOVERNADOR DO
ESTADO DE SANTA CATHARINA :: ::

1921
1393

*Srs. Membros do Congresso Representativo
do Estado de Santa Catharina.*

Na conformidade do disposto no numero II do artigo 45 da nossa carta constitucional, venho, pela presente mensagem, trazer ao vosso conhecimento as condições do Estado nos multiplos aspectos da administração publica.

Antes, porém, do cumprimento desse dever, quero congratular-me comvosco não só pelo auspicioso acontecimento da vossa reunião, como também pelo resultado do pleito eleitoral que vos investio do mandato de representantes da soberania do povo.

A lisura dos processos politicos e partidarios adoptados em nosso Estado, onde os aparelhos da administração se movem no interesse do bem colectivo, onde os principios democraticos são praticados sinceramente, com patriotismo e dedicação ao regimen, vos investe, sem contestação, da legitima autoridade de mandatarios da livre opinião catharinense.

Estou certo de que os vossos esforços se conjugarão com os esforços do poder executivo, na harmonia modelar que tem constituído a nossa força em todas as phases da politica nacional, para a obra do engrandecimento da nossa terra que, pelas condições excepçionaes do seu clima, da sua fertilidade e das suas riquezas naturaes, tem direito a um posto de vanguarda na Federação Brasileira.

—
Permitti, Srs. Representantes do Estado, que antes de entrar na exposição dos negocios publicos que dizem

respeito á nossa vida administrativa, eu renda aqui a homenagem sincera do nosso culto á memoria do egregio servidor da Republica e da Patria que foi o General José Gomes Pinheiro Machado, victimado pelo punhal traiçoeiro de um treslocado na capital do paiz, em 8 de Setembro do anno passado.

Na phase que ainda se pode chamar de consolidação das nossas instituições politicas, elle representava uma resistencia, uma vontade e uma força, postas ao serviço do regimen.

Diante do seu cadaver, os seus adversarios mais eminentes, os que sempre combateram a sua politica, affirmaram esta verdade e lhe renderam esta justiça.

A nós os republicanos de Santa Catharina, o fatal acontecimento foi particularmente doloroso.

Tinhamo-nos habituado ao seu conselho e á sua orientação e nos nossos campos elle deixou a tradição cavalleiresca do tempo em que se transformara em intemerato soldado da Republica.

Santa Catharina, pelo seu governo e pelo seu povo, rendeu á memoria de Pinheiro Machado todas as homenagens da sua admiração e do seu culto.

O Estado pagou, em parte, a sua divida de gratidão á memoria do illustre e pranteado homem publico que foi o Conselheiro Manoel da Silva Mafra. Os restos mortaes do indefesso batalhador em prol dos nossos direitos, do victorioso patrono que obteve do Supremo Tribunal Federal as sentenças que reconheceram os nossos limites com o visinho Estado do Paraná, após um trabalho immenso de historiador e de jurista, no qual aquelle bello espirito deixou assignaladas imperecivelmente as luzes da sua intelligencia e a grandeza da sua cultura, os restos desse velho servidor da causa publica des-

cansaram afinal em terras de Santa Catharina, no jazigo que o Governo mandara erguer no cemiterio dos Passos. Para a transladação dos despojos do Conselheiro Maíra o Centro Catharinense no Rio de Janeiro, sob a presidencia do Dr. Theophilo Nolasco de Almeida, foi da mais extremada dedicação.

Para receber a urna funebre e transportal-a para aqui fiz seguir para o Rio em 8 de Novembro do anno pasado, como representante especial, o Capitão Godofredo de Oliveira, meu ajudante de ordens, que ali chegou a 11 do dito mez. A urna funebre foi entregue pela directoria do Centro Catharinense ao meu representante com todas as formalidades e transportada a 16 para a camara ardente preparada a bordo do «Sirio», com a presença da familia do extinto, da colonia catharinense, da nossa representação federal e do Sr. Dr. Lauro Muller, ministro das relações exteriores. No dia 22 chegava o «Sirio» a esta Capital. A transladação da urna de bordo para o edificio da Superintendencia Municipal e dahi para o cemiterio constituiu uma verdadeira homenagem civiça, uma apotheose á memoria do Conselheiro Manoel da Silva Maíra.

A morte tambem arrebatou á nossa terra tres batalhadores, velhos companheiros das nossas jornadas.

Refiro-me ao Dr. José Bonifacio da Cunha, ao Dr. Polydoro Olavo S. Thiago e ao Coronel Henrique Rupp. Os dois primeiros fizeram parte do Congresso constituinte e foram signatarios da constituição de 17 de Junho de 1891 e o ultimo foi deputado ao Congresso Representativo. O Dr. Bonifacio Cunha, na data de seu fallecimento exercia o cargo de Inspector do Serviço de Veterinaria, prestando, com dedicação, valiosos serviços ao Estado. O Dr. Polydoro S. Thiago, que já occupara o governo do

Estado no caracter de vice-governador, estava eleito com-vosco, deputado ao Congresso que hoje se installa. O coronel Henrique Rupp era superintendente municipal de Campos Novos, onde gosava de extenso prestigio e onde prestou inestimavel auxilio ao Estado na defesa dos nossos direitos na questão de limites com o Paraná.

Ultimamente na Capital da Republica ocorreu o fallecimento do velho e illustre almirante João Justino de Proença, ministro do Supremo Tribunal Militar, e natural deste Estado.

*
**

O anno passado, por motivo da minha inesperada viagem ao Rio, a convite do Sr. Presidente da Republica, não me encontrava no governo quando foi installado o congresso. E' esta, pois, a primeira vez, no presente quatrienio governamental, que tenho a honra de prestar-vos contas e informações dos negocios publicos.

E venho fazel-o com a franqueza de quem se julga apenas um vosso collaborador. expondo-vos idéas de administração que penso deverem ser praticadas na altura dos nossos recursos financeiros.

O Estado muito confia na vossa sabedoria e no vosso acendrado patriotismo.

SECRETARIA GERAL

Todos os serviços publicos administrativos estão subordinados á Secretaria Geral do Estado, que por isto mesmo, é sobre-carregada do excessivo trabalho. O cargo de Secretario Geral é exercido pelo Sr. Dr. Fulvio Coriolano Aducci com a maxima dedicação, intelligencia invejavel capacidade de trabalho e elevado criterio. O seu relatorio é um trabalho minucioso e bastante completo sobre todos os ramos da administração, contendo alem disto abundantes dados estatisticos.

Para esse relatório invoco a vossa esclarecida atenção porque nelle encontrareis detalhes que não podem constar desta mensagem.

As nossas relações com os poderes políticos da União e dos Estados têm sido de absoluta cordialidade. Estado de pequena representação eleitoral, impossibilitado de ser factor ponderavel nas altas combinações da politica nacional, Santa Catharina orienta-se sempre pelos principios basicos que fundamentam a sua organização republicana, filiando-se ás correntes politicas que propugnam pela conservação do regimen estabelecido pela carta de 24 de Fevereiro de 1891.

**RELAÇÕES COM O GOVERNO
FEDERAL E DOS ESTADOS**

Com a orientação conservadora que tem seguido a situação dominante do Estado, concorremos para a eleição do actual chefe da nação o eminente Sr. Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, a cujo governo temos apoiado.

Egual apoio o meu governo tem recebido até agora dos poderes federaes, em todos os assumptos que se ligam aos interesses do Estado.

As nossas relações com o governo do Paraná se modificaram sensivelmente depois que subio ao poder, no visinho Estado, o Sr. Dr. Affonso de Camargo. Houve um momento em que a questão relativa á jurisdicção do Timbó, invadido por forças paranaenses, apesar dos meus protestos, obrigou-me, a contra gosto, mas no cumprimento do meu dever, a tomar medidas capazes de assegurar a nossa jurisdicção que se procurava perturbar.

A intervenção do Sr. Presidente da Republica, que mandou occupar o territorio por forças federaes, evitou um choque de desastrosas consequencias.

Actualmente posso afirmar que são amistosas as nossas relações com todas as unidades da Federação, como convem aos altos interesses da integridade territorial do Brasil.

CORPO CONSULAR

O governo tem mantido as melhores relações com os representantes consulares das nações estrangeiras. No interesse de suas missões lhes tem sido ministradas todas as informações que solicitam e providencias têm sido tomadas em favor dos subditos estrangeiros domiciliados no Estado, todas as vezes que dellas têm carecido para acautelarem legítimos direitos.

Sobre o corpo consular tenho a fornecer-vos as seguintes informações:

Em 30 de Março do anno passado foi reconhecido o Sr. Eugenio Ditborn Torres no character de consul do Chile em S. Francisco.

Em 3 de Abril foi reconhecido o Dr. Honorio Leguizamon Pondel encarregado do consulado geral da Republica Argentina no Rio de Janeiro, com jurisdicção neste Estado.

Em 10 de Maio foi reconhecido o Dr. Vicente N. Carrió como geral do Uruguay em Porto Alegre com jurisdicção neste Estado.

Em 25 de Maio foi reconhecido o Sr. Alfredo Pedro dos Santos encarregado do consulado geral do Chile no Rio de Janeiro, com jurisdicção neste Estado, na ausencia do Sr. Samuel Gracie.

Em 25 de Maio foi reconhecido o Sr. Charles L. Lathan consul americano em Santos, com jurisdicção neste Estado.

Em 28 de Junho foi reconhecido o Sr. Paulo Gruner agente commercial da Allemanha na Laguna.

Em 7 de Agosto foi reconhecido o Dr. Carlos F. Saguier consul geral da Republica Argentina no Rio de Janeiro, com jurisdicção neste Estado.

Em 11 de Agosto foi reconhecido, provisoriamente o Sr. Saduõ Matsumura consul geral do Japão com jurisdicção em toda a Republica.

Em 10 de Outubro foi recohecido o Sr. Bruno Zoccolin consul da Italia neste Estado.

Em 19 de Outubro foi reconhecido o Sr. Otto Rohkohl consul da Allemanha em Blumenau.

Em 3 de Novembro foi reconhecido o Sr. Silvano Mosqueira consul geral do Paraguay, com jurisdicção neste Estado.

Em 7 de Dezembro foi reconhecido o Conselheiro do Estado Sr. Georges Brandt consul geral da Russia com jurisdicção neste Estado.

Quando assumi o Governo do Estado em 28 de Setembro de 1914, a situação da região serrana era verdadeiramente angustiosa em face do movimento de fanaticos que se transformara em banditismo, pela pratica constante de assassinatos e de roubos.

ORDEM PUBLICA

O rico municipio de Lages, em diversos pontos, era percorrido por numerosos grupos de bandoleiros que mais tarde chegavam á vista da cidade; a villa de Curitiba fora atacada e incendiada em 25 de Setembro; S. Joaquim pelas suas autoridades pedia soccorros; Campos Novos preparava-se para defender a séde do municipio, para onde affluia a população do interior; Canoinhas era, de vez em quando, atacada por centenaes de bandidos, sendo heroicamente defendida pelos contingentes do exercito e da nossa policia ali destacados. Nas povoações do Rio do Peixe a situação não era menos do-

lorosa. A prospera colonia do rio das Antas foi atacada e incendiada. O movimento alastrava-se, conseguindo adhesões em massa entre as populações rudes. Campo Alegre, S. Bento e até Blumenau não se sentiam em segurança.

O commando das forças federaes em operações contra os fanaticos fóra confiado pelo governo da Republica ao sr. General Fernando Setembrino de Carvalho, que luctava com as difficuldades inherentes, entre nós, á mobilisação de uma expedição militar em uma zona falha de recursos, devastada e deserta, e cheia de grandes perigos.

Mantive sempre com o governo federal e com o sr. General Setembrino constante correspondencia, avisando-os da situação do nosso Estado, onde exclusivamente se localisara o movimento subversivo e pedindo as providencias que me pareciam necessarias.

Foi assim que consegui a partida daqui para Lages do 54º. batalhão de caçadores sob o commando do então tenente-coronel Alleluia Pires que, reformando-se mais tarde, foi substituido pelo tenente-coronel Antonio Pereira Leitão da Silva. Esse batalhão restabeleceu a ordem no municipio de Lages, depois de ter batido grupos de fanaticos que ameaçavam á cidade, sendo esse combate dirigido pelo bravo sr. capitão José Vieira da Rosa, que, mais tarde, deveria concorrer efficazmente para o exterminio do banditismo nos sertões, prestando assim valiosos serviços ao Estado. Consegui do governo federal a vinda para o Rio do Sul, em Blumenau, do 58º. batalhão de caçadores sob o commando do illustre coronel Estilac Leal. Depois de algum tempo de permanencia em Rio do Sul, o batalhão teve ordem de marcha para Curitybanos, ficando naquelle ponto uma força de policia sob o commando de um official, para impedir

qualquer abastecimento dos fanaticos pela região de Blumenau e Itajahy, tendo essa medida dado os melhores resultados.

Com a chegada do 58º. a Curitybanos foi normalisada a vida administrativa e commercial do municipio, para ali regressando a respectiva população.

Para Campos Novos foi destacado o 5º. regimento de cavallaria e tambem para o municipio de Curitybanos o 9º. regimento dessa mesma arma que ficou em Corisco.

Apezar dos preparativos militares, a situação não se modificava. Os fanaticos entricheiraram-se nos seus reductos, mas continuavam os seus bandos errantes na pratica de assassinatos e roubos nas fazendas. Os municipios de Canoinhas e Curitybanos ficaram completamente devastados. Conheceis sobejamente todos os acontecimentos desse triste periodo de nossa vida, para que os repita aqui.

Apòs a tomada do reducto de S. Maria, no municipio de Curitybanos, o sr. general Setembrino de Carvalho deu por finda a sua missão. De um telegramma de S. Ex^a., em resposta ao em que eu lhe solicitara umas tantas providencias, manifestando receios de que ficasse desguarnecida a zona conflagrada, podendo originar-se dahí o resurgimento do mal, como aliás succedera apòs a expedição do sr. general Carlos de Mesquita, transcrevo a seguinte parte :

«A acção militar do Contestado terminou e, de agora em diante, a pacificação definitiva será obtida mediante um policiamento rigoroso que na minha opinião mais compete aos governos dos Estados conflagrados, policiamento que se impõe mesmo nas epochas normaes. Comtudo em obediencia às instrucções do governo ficará no Contestado tro-

pa federal para garantir a paz. Eis a distribuição dessa tropa : Em Canoinhas um batalhão de infantaria; na margem do Iguassù, entre Timbó e rio Paciencia ou outro ponto que ainda não sei, ficará um esquadrão de cavallaria. Em União de Victoria um batalhão que guarnecerá as estações de estradas de ferro. Junto a Perdizes Grandes e na fazenda de um tal Claudiano ficará um outro batalhão de infantaria e, ahí proximo, na fazenda Gorda, estrada de Calmon a Perdizes, um esquadrão de cavillaria; em Corisco, não obstante ter tido ordem de retirar, ficará o 9º regimento de cavallaria que garantirá todas aquellas fazendas onde existem gados. Em Campos Novos um destacamento daquelle regimento; em Curitybanos uma companhia do 54 batalhão e em Lages o resto.»

Fiquei tranquillo com essas medidas adoptadas pela experiencia do general, as quaes tinham a vantagem de isolar os fanaticos, reduzindo-lhes a aréa de acção e impossibilitando-os de reabastecimentos. Infelizmente essa distribuição de forças não teve lugar. Ficaram apenas guarnecidos Curitybanos, Lages, Canoinhas, Porto União. e algumas estações da S. Paulo—Rio Grande ao longo da margem esquerda do rio do Peixe. Os fanaticos voltaram á actividade criminosa. Os roubos e os assassinatos continuaram e os moradores pacificos da região emigraram novamente. Em 22 de Julho do anno passado uma columna de bandoleiros marchou de Pedra Branca para atacar Canoinhas, não realisando o seu intuito porque foi detida e destroçada na margem do Paciencia por um destacamento da nossa valente força policial. As forças federaes tiveram ordem de não tomar á offensiva, limitando-se á guarda das localidades occupadas.

A situação parecia assumir um caracter de summa gravidade, principalmente porque ao Estado falleciam os meios de acção para reprimir o banditismo.

Indo ao Rio de Janeiro, a convite do Sr. Presidente da Republica, prevaleci-me da oportunidade para conferenciar com S. Ex.^a e o Sr. Ministro da Guerra, expondo-lhes a situação do Estado e as medidas que julgava convenientes ao restabelecimento da ordem publica. Tanto do chefe da nação como do seu illustre secretario da guerra, obtive plena approvação para os meus planos, conseguindo o armamento e munição de que necessitava para a phase decisiva das operações.

De regresso, incumbi as autoridades de Canoinhas da organização de um corpo de civis que teria de operar sob o commando de officiaes do Regimento de Segurança e apoiado por forças federaes. Na organização desse corpo, como nas operações que se seguiram, prestou relevantes serviços o major Heraclio Helio Fernandes, então commandante do 11.^o batalhão. A campanha do lado de Curitybanos foi entregue ao sr. capitão José Vieira da Rosa, que allia á sua bravura pessoal a circumstancia de ser um experimentado sertanista.

Foi esse official que organisou as forças civis de Curitybanos, orientando-lhes a acção, dirigindo-as e levando-as ao fogo conjunctamente com a 1.^a companhia do 54.^o Os mais temiveis bandoleiros, individuos da peor especie, rebeldes a todo o contacto com a civilisação, postos fóra da lei e da humanidade pelos crimes atrozes que praticaram, foram mortos em combate com as forças do capitão Vieira da Rosa. O numero desses individuos eleva-se a 150.

Por sua vez as forças de Canoinhas, sob o commando do tenente José Joaquim dos Santos, do Regimento de Segurança, atacavam e tomavam o reducto de Pedra

Branca em 17 de Outubro. Em 17 de Dezembro era atacado e tomado pelas mesmas forças, sob o commando do capitão Euclides de Castro, o reducto do Tamanduá, sendo ahí aprisionados alguns dos principaes chefes sobreviventes, conseguindo escaparem o famigerado Adeodato e outros. Os fanaticos estavam em miseravel estado. Cerca de dois mil apresentaram-se em Curitybanos ao capitão Vieira da Rosa e cêrca de quatro mil ás autoridades de Canoinhas. Estava findo o movimento.

O Governo do Estado teve de socorrer toda essa gente que se achava núa e faminta, providenciando tambem para a sua conveniente localisação e volta ao trabalho.

E' de justiça consignar aqui os agradecimentos do Estado ao sr. General Setembrino de Carvalho, aos srs. Coroneis Estilac Leal e Julio Cezar, aos tenentes coroneis Antonio Leovegildo de Paiva, Alleluia Pires, e Antonio Pereira Leitão da Silva, aos majores Valga Neves, Helio Fernandes, Alvaro de Souza Portugal e Nestor Passos, aos capitães José Vieira da Rosa, Rogaciano Barroso e tantos outros pelos inestimaveis serviços que prestaram á causa da ordem.

Deixo aqui tambem as minhas homenagens aos srs. Generaes Caetano Faria, ministro da guerra, e Carlos Campos, commandante da 6ª região militar e o tributo da nossa veneração á memoria de todos os bravos que tombaram no campo de peleja, synthetisados no typo heroico do infortunado capitão Mattos Costa. Cumpre-me ainda salientar a bravura, tantas vezes posta em prova, do Regimento de Segurança do Estado e das intemeratas forças civis.

Diversos dos chefes do movimento subversivo estão presos em Curitybanos e Canoinhas, devidamente processados.

Não basta, porém, essa medida para nos pôr a salvo de uma repetição de tão graves e tristes acontecimentos que se manifestam em nosso paiz com uma intermitência alarmante.

Em menos de 20 annos a nossa historia registra a tragedia de Canudos e essa outra que se convencionou chamar do Contestado, ligando-a erroneamente á questão de limites com o Paraná, não faltando mesmo espiritos mal avisados que dessem á Santa Catharina a responsabilidade desse movimento.

Em toda a questão de limites, jamais sahimos do terreno legal e não seriamos dignos de nós e da civilização brasileira se armassemos o braço dos sicarios para a victoria do direito. A calumniosa imputação foi destruida pelo desenrolar dos proprios acontecimentos. Localidades sob jurisdicção paranaense foram atingidas apenas incidentalmente pelas depredações dos bandoleiros, ao passo que nós tivemos a villa de Curitybanos incendiada e saqueada, Canoinhas atacada diversas vezes, muitas povoações destruidas e numerosas fazendas devastadas, emfim toda uma população reduzida á miseria em dois prosperos municipios do Estado.

Agora devemos remediar o mal, corrigir-lhes as causas que nascem da ignorancia e da superstição, exploradas pelos aventureiros de todos os feitos.

Antes de tudo impõe-se a necessidade de trazer as populações do interior ao convicto da civilização pela abertura de vias de communicação, pelas estradas de ferro que facilitem o commercio dos productos e o commercio das ideas, dando-lhes prosperidade economica, processos novos de trabalho e de vida e uma nova moral mais elevada e mais nobre. O mestre escola terá o papel essencial de missionario nessa cruzada civilisadora, urgindo disseminar escolas por toda a extensão das nos-

sas terras, empreendimento para o qual o governo da União deveria concorrer, auxiliando os Estados. Com a abertura de estradas e de escolas deverá coincidir também a colonização em larga escala dessas regiões férteis e mal povoadas.

E assim teremos arrancado da tristeza dessa situação uma raça generosa, valente e para colaborar na obra do nosso progresso, pela sua capacidade e pelas suas qualidades excepcionaes de resistencia.

A não ser o movimento de fanaticos, que se circumscreeu á região serrana, nos outros pontos do Estado a ordem publica tem sido inalterada.

SERVIÇO POLICIAL

O nosso serviço policial está desapparelhado de elementos de acção. Em seu relatório o Chefe de Policia Dr. Ulysses Gerson Alves da Costa, proecto magistrado que está dirigindo esse importante departamento de administração com grande proficiencia e intelligente descortino, solicita diversas medidas que não podem ser adiadas, como a organização do serviço medico legal e a reinstalação e remodelação do gabinete de identificação e estatística, creado pela Lei nº 934 de 24 de Agosto de 1912.

O governo já está providenciando para installar condignamente a chefatura de policia, reformando o edificio em que actualmente funciona.

A policia civil resente-se das difficuldades peculiares a todos os serviços gratuitos, deixando algo a desejar a sua actual organização.

Por sua vez as autoridades não dispõem de força publica necessaria para o regular policiamento dos municipios

A força policial do Estado é reduzidissima. Augmentar o seu effectivo no momento presente é impossi-

vel. Atravessamos um periodo em que todas as cautelas financeiras são necessarias. Entretanto, os municipios, conforme succede em outros Estados, poderiam organizar forças municipaes para o respectivo policiamento, muito embora o governo lhes fornecesse armas e munições.

Feito isto, o Estado organisaria centros de força policial para attender, em circumstancias extraordinarias, a todos os municipios, sendo as sédes uma ao norte, outra ao sul e outra na região serrana.

O Regimento de Segurança do Estado acha-se commandado interinamente pelo sr. major Januario de Assis Côrte, por ter sido exonerado, a seu pedido, em 29 de Abril do anno passado, o capitão do exercito Gustavo Schmidt, que exercia aquella função commissionedo no posto de tenente-coronel. No relatorio do Dr. Secretario Geral, encontrareis detalhadas informações sobre as condições da força publica e suas necessidades mais urgentes.

A administração da justiça, pelas leis em vigor, continua a ser feita pelo Superior Tribunal de Justiça na capital, pelos juizes de direito nas comarcas e pelos tribunaes do jury e correccional, tendo como directo auxiliar o ministerio publico.

A justiça move-se livremente em sua nobilissima função, sem injunções extranhas, sempre prestigiada pelo poder executivo.

Se juizes, por ventura existem, que claudiquem no cumprimento dos seus deveres, o fazem de motu-proprio, porque o empenho do governo é manter a Justiça insuspeitada, serena no seu papel de suprema garantia de todos os direitos e de instrumento inflexivel da defeza social.

MAGISTRATURA E ADMINIS-
TRAÇÃO DA JUSTIÇA

O Superior Tribunal de Justiça tem funcionado com toda a regularidade, merecendo o maior acatamento e gosando da mais ampla confiança publica.

Compõem actualmente o Tribunal de Justiça os seguintes desembargadores: Drs. Antonio Wanderley Navarro Pereira Lins, presidente; Vasco de Albuquerque Gama, Salvio de Sà Gonzaga, Ayres de Albuquerque Gama, Honorio Hermetto Carneiro da Cunha e Francisco Tavares da Cunha Mello Sobrinho.

As 19 comarcas em que se divide o territorio do Estado, se acham todas preenchidas de juizes de direito.

O tribunal do jury continua a ser a mesma instituição cheia de defeitos e dando causa, ás mais das vezes, ao augmento do crime, pela constancia de deploraveis absolvições, seja em virtude de empenhos, seja pela ignorancia dos juizes de facto.

Felizmente isto não ocorre em todas as comarcas, mas algumas ha, em que o jury somente se reúne para absolver os delinquentes mais perigosos e mais temiveis. Os juizes devem reagir contra essa calamidade, fazendo uma selecção no corpo de jurados e influindo com a sua autoridade moral para a reabilitação do jury.

Os tribunaes correccionaes são de effeito negativo, principalmente nos districtos que não são séde de comarca ou de municipio.

O julgamento dos delictos e contravenções da alçada desse tribunal deveria pertencer ao juiz de direito da comarca para melhor efficacia da acção da Justiça.

Exerce as funções de procurador geral do Estado e como tal chefe do ministerio publico o Dr. Joaquim Thiago da Fonseca que, ha longos annos, vem desempenhando esse cargo com a sua reconhecida capacidade.

Dos 19 promotores publicos existentes são bachareis em direitos os da capital, Itajahy, S. Francisco, Join-

ville, S. Bento, Canoinhas, Laguna, Biguassù, Tubarão e Lages. Para as vagas que forem occorrendo somente serão nomeados bachareis em direito ou advogados provisionados que anteriormente tenham exercido esse cargo de conformidade com a lei nº. 996 de 5 de Outubro de 1914.

Todos os officios de justiça se acham preenchidos.

Alem das eleições realizadas o anno passado e das quaes tivestes conhecimento pela mensagem de meu substituto em 29 de Julho, foram effectuadas mais as seguintes: ELEIÇÕES

Em 19 de Setembro para um conselheiro municipal em Jaguaruna.

Em 3 de Outubro tambem para um conselheiro municipal em Camburiù.

Em 5 de Dezembro para Superintendente, um conselheiro e um juiz de paz em Campos Novos e para um conselheiro em Porto Bello, para tres conselheiros municipaes em Araranguá, para Superintendente e um conselheiro em Brusque, para dois conselheiros em Camburiù e para quatro juizes de paz no districto do Rio Vermelho no municipio da capital.

Em 14 de Outubro foram mandadas observar na eleição de deputados ao Congresso Representativo na legislatura de 1916 a 1918 as devidas instrucções naquella data publicadas.

Durante o corrente anno realisaram-se as seguintes:

Em 28 de Maio para juizes de paz do districto de Cachoeira, no municipio da capital.

Em 16 de Julho para preenchimento das vagas de tres conselheiros municipaes de Tubarão, dos quaes o respectivo Conselho Municipal decrectara a perda de mandato.

Todas estas eleições foram feitas em absoluta ordem e com a devida regularidade.

INSTRUÇÃO PUBLICA

A actual organização do ensino publico, obra meritoria levada a effeito pelo meu illustre antecessor durante a sua fecunda administração, está produzindo os melhores resultados. Os grupos escolares «Silveira de Sousa» e «Lauro Müller» nesta capital, «Jeronymo Coelho», em Laguna, «Victor Meirelles», em Itajahy, «Luiz Delfino», em Blumenau, «Conselheiro Mafra», em Joinville, e «Vidal Ramos», em Lages estão organizados de modo completo, ministrando aos alumnos conhecimentos bastantes para se iniciarem em qualquer profissão.

A educação civica, o conhecimento da historia patria, o culto de nossas glorias e a confiança em nosso futuro fazem parte dos programmas executados nos grupos escolares. Pouco a pouco o serviço importantissimo da instrucção publica primaria vae sendo desenvolvido, conforme a capacidade financeira do Estado. Infelizmente, a actual organização já peza sobremodo nos orçamentos da despeza, podendo affirmar-se que ainda seria precisa egual dotação orçamentaria para serem satisfeitas as mais legitimas aspirações do povo, no tocante á disseminação do ensino publico.

Precisamos ainda de grupos escolares em S. Francisco e Tubarão e mais tarde, resolvida a questão de limites, em Rio Negro, Porto da União e Palmas. De escolas reunidas, com organização *ad instar* dos grupos escolares, precisam as sédes de quasi todos os demais municipios, ficando as escolas isoladas para os povoados.

O problema do ensino da lingua nacional nos nucleos de população estrangeira, ou de origem estrangeira, é de capital importancia. Por um largo espaço de tempo deixamos cada um desses nucleos entregue a si mesmo, de modo que o colono, não tendo escolas nacionaes, educava o filho no conhecimento exclusivo da propria lingua. Hoje um tardio patriotismo, injustamente

alarmado, ao envez de procurar as causas do mal em a nossa propria e proverbial incuria, volta-se em recriminações contra as victimas dessa mesma incuria, que outras não são que os proprios colonos e os seus descendentes, aos quaes o desconhecimento da lingua do paiz traz embaraços de toda a ordem, impedindo-os até de collaborarem na vida nacional. Dá-se com a instrucção publica, o mesmo que se dá com os problemas de saneamento, com a questão de limites, com o problema de viação do Estado e com o regimen de trabalho e de vida das nossas populações : somos victimas dos erros e da incuria dos antepassados, de forma que a missão dos governos de hoje é ardua e complexa, porque assumptos ha na administração publica em que tudo está por fazer.

Tenho feito o possivel para introduzir obrigatoriamente o ensino da lingua nacional entre aquellas populações laboriosas, ordeiras e dignas, e que tão efficazmente têm concorrido para o desenvolvimento da producção do Estado.

Nas cidades de Joinville e Blumenau o problema está sendo victoriosamente resolvido, não só pela acção do governo com os grupos escolares, como pela propria iniciativa das respectivas populações.

Alem da falta de recursos financeiros para alargar-se o serviço de instrucção publica, tem o governo de lutar com outro embaraço que só o tempo poderá remover. Refiro-me a falta de pessoal idoneo para o professorado.

O professor — protegido politico — não tem razão de ser e a sua existencia constitue um crime, porque é dessa entidade que se originam os males do presente. O numero de professores diplomados que possuimos é bem

reduzido e está em sua maioria, devidamente collocado. Para as escolas vagas não apparecem candidatos, tendo o governo de aproveitar os serviços de pessoas não diplomadas, mas que se submettem á exame de habilitação, cujo resultado, quasi sempre, está longe de provar essa habilitação pretendida. Para conseguirmos um serviço de instrucção publica generalizado por todo o territorio do Estado e correspondente á brilhante organização realisada no governo do illustre Sr. Senador Vidal Ramos, organização que constitue a base para empreendimentos maiores, preciso se faz que tenhamos um corpo de professores aptos, rigorosamente capazes e um estabelecimento que forme esses professores, tornando-os dignos de sua elevada missão social.

Infelizmente a nossa Escola Normal ainda não responde a esse *desideratum*. A organização do curso e os seus programmas são deficientes. Além disso a Escola não está bem aparelhada do material indispensavel, quer material didactico, quer o necessario ás proprias installações das salas da aulas. Urge dar nova organização á Escola Normal, modelando-a pelos mais adiantados estabelecimentos dessa natureza e assim, é claro, que lhe deveremos dar installação condigna, fazendo construir um edificio proprio para este fim.

Organisada convenientemente a Escola Normal, de accordo com os novos processos scientificos, e installada em um edificio que corresponda ás suas necessidades e á sua importancia, estou certo de que a nossa mocidade affluirá para ella, procurando conseguir um diploma que a habilitará a uma carreira honrosa e de inestimavel valor na obra da remodelação nacional.

O curso da Escola Normal deverá ser elevado a 4 annos, fazendo-se nova distribuição de materias e introduzindo-se-lhe materias novas e indispensaveis.

Não será demais que á Escola Normal se addicione um curso domestico para as senhorinhas, como já se faz em S. Paulo e Rio Grande do Norte, cuja Escola Domestica a cargo de uma professora belga, tem sido objecto das mais elogiosas referencias. Depois ainda poderemos desdobrar a Escola Normal em um estabelecimento com o curso propriamente normal, um curso gymnasial e um curso commercial, o que será de grandes vantagens.

A necessidade de desenvolver a nossa actual organização de ensino primario é assumpto de inadiavel urgencia. Esse importante serviço peza extraordinariamente sobre o Thesouro, de modo que, relativamente aos seus recursos e á sua população, Santa Catharina é talvez o Estado que no paiz mais dispendio faça com a instrucção publica, tornando-se impossivel desenvolvê-a e cuidar de outros departamentos da administração com o regimen vigente de praxe orçamentaria.

Devemos procurar uma receita nova para fazer face ao serviço de instrucção, serviço essencial em nosso paiz, onde o analfabetismo é um estrave opposto ao levantamento do espirito civico, á consciencia da nacionalidade e á pratica das instituições liberaes que nos regem. Mas isto não quer dizer que esse serviço, que é a necessidade primaria da nação, seja o escoadouro de todos os recursos orçamentarios, em detrimento de outros problemas de importancia magna, como o de transportes, a segurança social e a saude publica.

Torna-se, pois, imprescindivel a decretação de uma lei, estatuindo a *taxa escolar* com applicação especial á instrucção publica.

A população de Santa Catharina é, na Federação, talvez a menos sobrecarregada de impostos, não sendo exorbitante que se lhe exija uma contribuição que habili-

te o governo a desenvolver tão importante serviço. Essa contribuição pedida ao povo para o proprio povo, estou certo, será bem recebida pelo patriotismo dos nossos cidadãos, porque, além do mais, com o augmento das escolas publicas gratuitas, desapparecerão em grande parte escolas particulares onde o ensino é pago.

Dispondo o Thesouro de recursos especialmente destinados á manutenção do serviço de instrucção primaria existente e ao seu mais amplo desenvolvimento, poderá o governo realisar a reforma da Escola Normal, nos termos que já tratei, dotal-a de um edificio apropriado e instituir ainda o ensino profissional, de que tanto carecemos para o preparo tecnico de individuos a todas as profissões manuaes.

Ao vosso meditado estudo e ás luzes do vosso patriotismo entrego a solução deste problema, esperando que corporificareis as idéas que ahi ficam em leis sabias e fecundas que correspondam aos interesses da collectividade.

A matricula e frequencia dos Grupos Escolares foram as seguintes :

GRUPOS	MATRICULA	FREQUENCIA MEDIA
Conselheiro Mafra	257	198
Victor Meirelles	365	279
Luiz Delfino	185	117
Jeronymo Coelho	315	207
Silveira de Souza	283	186
Lauro Müller	398	259
Vidal Ramos	264	173
	<u>2.067</u>	<u>1.419</u>

Em 1915 funcionaram no Estado 193 escolas isoladas contra 189 do anno anterior, sendo 97 mixtas, 59

para o sexo masculino e 37 para o feminino. Existiam vagas 23 escolas por falta de professores. As escolas isoladas eram regidas 42 por normalistas, 69 por professores provisorios, 32 professores effectivos, 11 por professores vitalicios e 39 por professores interinos. A matricula nas escolas foi de 7.687 alumnos, sendo 4.472 do sexo masculino e 3.215 do sexo feminino.

A frequencia media foi de 5.592, sendo 3.176 do sexo masculino e 2.416 do sexo feminino.

Em 1914 o numero de matriculas nas escolas isoladas foi de 6.394, havendo para 1915 um augmento de 1.293 alumnos. Nas escolas complementares annexas aos grupos escolares de Joinville, Itajahy, Laguna e Lages e em egual estabelecimento equiparado nesta capital, a matricula foi de 177 e a frequencia media de 158.

E' o seguinte o quádros das escolas municipaes e particulares que existiam no Estado em 31 de Dezembro de 1915, com o respectivo numero de alumnos:

MUNICIPIOS	ESCOLAS	ALUMNOS
Florianopolis	30	2.613
S. José	13	378
Palhoça	12	430
Biguassú	3	97
Tijucas	7	262
Nova Trento	7	306
Porto Bello	2	50
Camboriú	2	74
Brusque	16	879
Itajahy	35	1.256
Blumenau	99	4.390
S. Francisco	9	417
Paraty	1	22

MUNICIPIOS	ESCOLAS	ALUMNOS
Joinville	61	3.017
Campo Alegre	2	46
S. Bento	25	1.217
Campos Novos	1	35
Lages	10	574
São Joaquim	4	86
Araranguá	3	53
Urussanga	18	646
Orleans	2	60
Tubarão	2	213
Laguna	4	219
Imaruy	15	292
Garopaba	1	6
	<u>393</u>	<u>18.418</u>

Total de alumnos nos estabelecimentos escolares:

Escola Normal	80
Escolas Complementares	177
Grupos Escolares	2.067
Escolas isoladas	7.687
Escolas Munic. e partic.	18.418
	<u>28.429</u>

Em 1914 esse numero era de 25.777, havendo 2.652 para mais, em 1915.

A despeza com a instrucção publica em 1915 attin-
gió á cifra de 518:107\$274.

Para um Estado cuja população pouco excederá de
600.000 almas e cuja receita ordinaria é inferior a . . .
3.000:000\$000, não se pode exigir mais em materia de
instrucção publica.

—

Continua a funcionar nesta capital o Gymnasio

Sta. Catharina subvencionado pelo Estado e fiscalizado actualmente pelo governo federal para os fins de sua equiparação.

Esse estabelecimento, sempre bem dirigido, tem prestado relevantes serviços á instrucção da nossa mocidade. O Gymnasio foi dirigido até o anno passado pelo projecto educador padre dr. Henrique Book e actualmente o é pelo não menos competente educador padre dr. Luiz Zuber.

Em certas localidades os estabelecimentos officiaes de ensino primario têm sido hostilizados por alguns representantes do clero que procuram desviar a infancia para as escolas parochiaes.

Para esse fim, é feita uma propaganda tenaz e injusta no seio das familias, pretextando-se que nas escolas estaduaes o ensino é leigo.

E, as mais das vezes, essa propaganda tem dado resultados, fazendo decrescer a matricula nas escolas publicas.

O ensino leigo, como o casamento civil, é indispensavel em nosso paiz, pelo que foi instituido pelo legislador constituinte. As escolas parochiaes prestam serviços relevantes, mas não podem e não devem sobrepôr-se ás escolas do Estado, nem insurgir-se contra as leis da Republica.

Não combato o ensino religioso. Entendo, porém, que elle deve ser ministrado nos templos ou em escolas proprias, em dia certo, áquelles que o quizerem receber sem o character de obrigatoriedade e sem prejuizo do ensino publico.

A propaganda contra as escolas estaduaes promovida por alguns representantes do clero revela apenas um sentimento de intolerancia que encontrou formal repulsa no espirito culto do Sr. D. Joaquim Domingues, bispo diocesano.

Para que cesse esse abuso, não de todo acabado, o que affirmo com tristeza, S. Ex.^a. Revm.^a. tem feito as mais terminantes recommendações, o que registro com a maior satisfação.

SAUDE PUBLICA

A defeza da saude publica, o aparelhamento efficiente do serviço de hygiene, Senhores Congressistas, é entre todos os povos cultos uma das maiores preoccupações. Neste particular muito pouco temos feito. Os nossos limitados recursos financeiros jamais permittiram aos governos voltarem as vistas para o problema importantissimo da organização dos nossos serviços de hygiene aggressiva e preventiva na altura das necessidades do Estado. Deveríamos talvez ter começado por ahi, procurando defender o vigor physico da raça para obter o apuro das qualidades moraes. *Mens sana in corpore sano*.

As nossas populações do littoral são trabalhadas por endemias que as reduzem a um estado disforme de morbidez e de abatimento moral e physico, degenerando a raça, inutilizando-a para o trabalho e acabando por extermal-as.

Refiro-me á ankylostomiase e ao impaludismo As causas dessas endemias estão suiiicientemente estudadas e esclarecidas.

O meio de combatel-as é, porem, dispendioso e complexo. A alimentação, o vestuario, as habitações e o regimen da vida constituem a base defensiva da hygiene individual, correlativamente a obras avultadas de engenharia sanitaria, com as quaes somente poderão ser habitaveis as zonas infeccionadas pelo impaludismo.

A ignorancia da maioria das populações do littoral, a aversão a todos os preceitos de hygiene tornam muito difficil a pratica de medidas salutaes de prophylaxia individual.

O saneamento das zonas infeccionadas é empreendimento de tão grande vulto que sò poderá ser realizado pelo governo federal, para quem, infelizmente não é possível appellar neste momento, mas que cedo ou tarde será empreendido porque, alem de se tratar da valorisação e cultura de vastos territorios, trata-se da conservação e salvação do capital por excellencia que é o homem, de soccorrer toda uma população de brasileiros condemnada a tristeza de uma vida miseravel, sem energias e sem acção e, o que é peor, acorrentando a esse mesmo destino as gerações vindouras. Ha muito o assumpto vem merecendo a attenção dos poderes publicos e o cuidado dos homens de sciencia.

No Estado do Rio foi o governo federal que empreendeu o saneamento da baixada iluminense, obra custossissima, mas necessaria. O exemplo da gigantesca obra de saneamento realisada pelos americanos na região da estrada de ferro Madeira-Mamoré, no Amazonas, é bem frisante. Tive a honra de fazer parte da commissão de engenheiros que para ali foi mandada em 1884 pelo governo imperial para os estudos preliminares da via-ferrea hoje em traiego. Conheci de perto, com a dolorosa documentação dos companheiros que morreram e dos que adquiriram terriveis molestias, as condições de inhabitabilidade daquellas paragens. A região inhospita de outros tempos, graças, aos preceitos de hygiene individual introduzidos pelos americanos e as obras de engenharia sanitaria realisadas, está hoje prospera e feliz com povoações numerosas e de grande tuturo.

Como vos disse, não é possível agora um trabalho completo no sentido de realisarmos o saneamento de todo o nosso littoral. Entretanto, é preciso não ficarmos inactivos diante dessa calamidade, incidindo nos mesmos erros passados. Alguma coisa se deve fazer.

Julgo necessario o emprehendimento de uma propaganda de defeza sanitaria realizada entre as populações flageladas, orientando-as nas medidas de prophylaxia, compellindo-as, mesmo coercitivamente, á observancia de prescripções, constantes de um regulamento de hygiene urbana e rural.

Para isto o littoral do Estado deve ser dividido em zonas sanitarias, cada uma a cargo de um medico, em serviço constante de propaganda, de fiscalisação e socorro á respectiva população, fornecendo o governo medicação gratuita aos indigentes. Esses medicos ficarão subordinados á Inspectoria de Saude do Estado e terão os vencimentos que lhes forem marcados em lei.

Em Março deste anno, estive nesta capital uma commissão de medicos americanos da *International Health*, propondo-se combater a ankylostomiase, mediante as seguintes condições:

—O trabalho deverá ser iniciado em uma area pequena e, de preferencia, onde reine somente a ankylostomiase, com insignificancia do coeifficiente palustre.

O serviço será dirigido por um medico especialista em ankylostomiase, nomeado pelo governo, e será orientado pela commissão americana. Esse medico, chefe do serviço, terá os seguintes auxiliares: um a tres escripturarios, quatro a dez enfermeiros engajados na propria região, e, se fôr preciso, terá um assistente.

—A excepção do chefe do serviço, que será pago pela *International Health Commission*, todo o demais pessoal será pago pelo Estado.

—O governo do Estado decretará regulamentos de modo a tornar sensível e capaz o serviço da commissão, impondo medidas de que possam resultar o tratamento

e a prophylaxia desse mal e daquelles que se originam da polluição do solo, como a febre typhoide, a dysenteria e outros.

— No decorrer desse serviço serão feitas conferencias e distribuidos folhetos, de modo a melhor ser orientada a população local.

Em synthese são estas as condições da *International Health*.

As medidas que proponho, salvo circumstancias de detalhe, são *mutatis mutandis* e com mais modestia, as mesmas da *International Health*, e as unicas que poderão ser praticadas, por emquanto, dentro dos nossos recursos. Se, porém, o Congresso entender que o problema deve ser resolvido na conformidade das medidas propostas pela *International Health*, habilitará o governo com a verba orçamentaria que lhe parecer necessaria.

—

Durante o anno findo a epidemia de febre typhoide preocupou muito seriamente a attenção do governo pela violencia com que se manifestou entre a população ribeirinha do rio Tijucas, especialmente nas villas deste nome e de Nova Trento, de onde se estendeu para alguns pontos dos municipios de Brusque e Itajahy. Diversos casos foram tambem verificados nos municipios de Biguassú, São José e Palhoça. Em Nova Trento, fosse pelas condições locais, ou fosse principalmente pelo desprezo por parte da população dos principios mais comensinhos de prophylaxia, a epidemia tomou um caracter mais assustador.

O governo commissionou medicos para as localidades assoladas, fornecendo tambem ambulancias com os necessarios recursos para os indigentes, conseguindo-se extinguir o mal, que, entretanto, renasce periodicamente.

Em Camburiú foi constatado o apparecimento de uma molestia contagiosa, caracterizada por ulceras dolorosas e extensas, chegando a atacar 250 pessoas. O Dr. Norberto Bachmann, illustrado clinico residente em Itajahy, depois das devidas observações e investigações bacteriologicas, chegou á conclusão de que se tratava de *ulcera phagedenica* dos paizes quentes, mal que acaba de reaparecer novamente, tomando o governo as devidas providencias.

Na Capital e nos municipios do sul, como Tubarão e Orleans, grassou a dysenteria e, ainda agora, no primeiro desses dois ultimos municipios esta epidemia fez grande numero de victimas. No relatorio apresentado á Secretaria Geral pelo Sr. Dr. Joaquim David Ferreira Lima, zeloso inspector de Saude do Estado, encontrareis amplos esclarecimentos sobre as providencias postas em pratica pelo governo, assim como sobre todos os serviços do departamento a seu cargo.

O estado sanitario da capital não é sempre dos melhores, apesar da amenidade do nosso clima. Em certos pontos da cidade o impaludismo é endemico.

No coefferiente da mortalidade, por mil habitantes, Florianopolis concorre com 25, 01: embora se incluam nesse computo os fallecimentos occorridos no Hospital, onde são recolhidos doentes de diversas procedencias.

As obras de esgotos da cidade, em via de conclusão, modificarão sensivelmente as suas condições sanitarias.

E' preciso, porém, que os poderes publicos do Estado e do municipio, numa acção conjuncta, ponham em pratica, com a severidade indispensavel, as medidas sanitarias constantes do regulamento de hygiene e do codigo de posturas.

Já é tempo de abandonarmos a rotina criminosa e retrograda que sacrifica o interesse geral á commodidade individual, prejudicando o nosso progresso e pondo-nos á retaguarda dos centros que se aprimoram, engrandecendo-se e evoluindo.

Para desempenhar a multiplicidade de suas funções, para ser um instituto util e efficiente, a Inspectoria de Saude exige uma reforma completa. Alem da exiguidade de pessoal, a Inspectoria está desapparelhada de material. Não temos um instituto vaccinico, não temos um instituto de pesquisas clinicas microbiologicas, não temos um laboratorio para analyses bromatologicas, não temos apparelhos para desinfecções, emfim não possuímos ainda todo um abundante e custoso instrumental defensivo da saude publica que a hygiene exige e applica para ser efficiente e fecunda. Confio que habilitareis o governo com os necessarios recursos a supprir esta lacuna na administração publica.

O movimento do Registro Civil no Estado durante o anno de 1915 foi o seguinte: **REGISTRO CIVIL**

21.538 nascimentos, 3.524 casamentos, 5.844 obitos e 178 nati-mortos.

Em 1914 os nascimentos registrados foram 11.137. O augmento agora verificado é devido ao decreto federal nº 2987 de 25 de Novembro de 1914, mandando admitir a registro, sem multa, os nascimentos occorridos no Brazil de 1º de Janeiro de 1889 a 25 de Dezembro de 1914, praso que já está prorogado até 25 de Novembro de 1916.

Comparativamente ao anno anterior, o registro de 1915 accusa vantagens quanto á ciira de casamentos que

em 1914 foi de 2759 contra 3524. naquelle, havendo, portanto, um augmento de 765. Todas essas cifras estão distantes da verdade. Somente nos centros mais populosos e relativamente adiantados é feito o registro de nascimentos, formalidade de que mesmo nas cidades e villas, para não fallar nas populações ruraes, os paes se julgam dispensados, com graves inconvenientes para o futuro dos proprios filhos. Não é, porem, de admirar que isto succeda com os nascimentos, porque o mesmo se dá com o casamento civil, solemnidade essencial à constituição da familia, aos dtreitos do casal e á legitimidade da prole.

Sejam publicados os numeros de baptisados e casamentos religiosos celebrados em todas as parochias e evidenciaremos a inferioridade das cifras do registro civil. Em assumpto de tão alto interesse para a collectividade, os parochos estariam dentro das suas funções de guias espirituaes se reunissem os seus esforços aos das autoridades civis, aconselhando o povo a fazer os registros de nascimento dos filhos e a respeitar a lei do casamento civil, cujo desrespeito tem dado logar a que viuas e orphãos fiquem na miseria, quando os bens do casal pertenciam ao marido morto, cujos parentes são integrados na herança. Depois o respeito á lei jamais prejudicou instituições e desmoralisou individuos. A lei do casamento civil não tem intuitos sectarios. Muito ao contrario. Constitue o complemento das leis que fizeram a separação da Igreja e do Estado, cada um movendo-se livremente no seu raio de acção. E este regimen só tem sido benefico para a Igreja catholica. O casamento civil é uma instituição necessaria nos paizes livres, collocando a constituição da familia—para todos os individuos de todas as crenças—sob o amparo da lei. Combatel-o é cavar a ruina de viuas e de orphãos. Felizmente a Igreja Brasileira, pelos mais altos vultos do seu culto

episcopado, já tomou attitude decisiva sobre o caso, propugnando pelo respeito ás leis da Republica, todas moldadas pelo mais adiantado sentimento daquella liberdade que dignifica a consciencia humana e engrandece os povos.

Ainda não foi possível construir a penitenciaria da capital, não obstante a lei que autorisou o governo a tomar essa medida de character urgente. A cadeia de Florianopolis funciona, como sabeis, no mesmo edificio do quartel da força policial, em uma ala independente. A sua feição é anachronica e o regimen dos detentos é improductivo moral e materialmente, não estando de accordo com as prescripções do codigo penal da Republica e com os principios mais elementares da sciencia penal.

CADEIAS PUBLICAS

Os enclausurados, vivendo em commum, em prisões onde se acham 10 ou 12 individuos, são simples pensionistas do Estado, sem nenhum aproveitamento moral. A cadeia tem apenas 5 prisões e o numero de presos é sempre superior a 50. Succede, porém, que a criminalidade vae augmentando sensivelmente e que os réus condemnados são sempre remetidos pelos juizes para esta capital para cumprimento de sentença, e isto porque, alem de Joinville, São Francisco, São José e Palhoça, os demais municipios, pode-se affirmar, tem cadeias installadas em predios improprios, sem segurança e sem hygiene. Em Laguna foi iniciada no anno passado a construcção de um edificio para Forum, ficando a cadeia na parte terrea.

Esse edificio será brevemente inaugurado.

A penitenciaria da capital não pode ser construida com os recursos ordinarios do Estado. Nem a penitenciaria nem muitas outras obras de que carecemos.

ASSISTENCIA PUBLICA

O serviço de assistencia publica é feito nesta capital pelo Hospital de Caridade, estabelecimento excellentemente dirigido e administrado pela Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, e pelo Asylo Irmão Joaquim. Em São Francisco já foi iniciada a construcção de um vasto edificio para hospital com todas as condições exigidas para estabelecimentos dessa natureza. Em Laguna, Itajahy, Lages, Blumenau. Tubarão e Tijucas tambem existem hospitaes que prestam relevantes serviços. Em Joinville existe o Hospital Municipal em magnifica situação, o hospicio de alienados que muito deixa a desejar e o asylo de orphãos recentemente concluido. Em Brusque temos o hospital de Azambuja. Na capital temos tambem o asylo de Orphãos, não tendo sido possivel installar a *Maternidade*, sob os auspicios de uma associação e de accordo com a lei nº 964 de 19 de Agosto de 1913. O infausto fallecimento do illustre sr. Dr. José Bonifacio da Cunha, que á essa instituição dedicou as suas ultimas energias e os seus derradeiros carinhos de medico humanitario e culto, veio retardar esse nobre emprehendimento.

Para alienados, sem levar em conta o asylo de Joinville, só temos digno desse fim o asylo de Azambuja, sob a direcção esforçada desse nobre sacerdote que é o padre Gabriel Lux. O edificio, entretanto, é pequeno, só podendo receber um numero diminuto de loucos. Dahi as difficuldades com que lutam as autoridades policiaes aqui na capital e nos municipios. Infelizmente o numero de loucos augmenta annualmente e muitos delles permanecem nas cadeias sem tratamento e num estado que é facil de imaginar. Não se comprehende a falta de um asylo de alienados nesta capital, o que prova que os nossos serviços de assistencia ainda estão muito distantes das condições exigidas pela civilisação do nosso tempo.

O municipio de Florianopolis soffre as consequencias de sua posição insular. A capital, nos ultimos annos, a começar principalmente da administração do Sr. Coronel Gustavo Richard, tem progredido de modo accentuado, tornando-se bem apreciavel o desenvolvimento da edificação urbana. A cidade, porem, resente-se ainda da falta de calçamento em muitas ruas e praças e de obras de aformoseamento em diversos trechos, onde a mão do homem deverá ir ao encontro das bellzas naturaes que possuímos. As condições financeiras do municipio, sob o pezo de um avultado passivo, não permitem á superintendencia uma acção administrativa de remodelamento do que existe de antiquado e defeituoso e de iniciativas novas. Em uma epoca em que a municipalisação de serviços é a tendencia generalisada em todos os paizes, a partir da Inglaterra, no Brazil é a União que, em grande parte, transforma a capital da Republica e são os Estados que se incumbem tambem das transformações de suas metropoles. Em Florianopolis couberam ao Estado os serviços de abastecimento d'agua, luz e egostos. E ainda ultimamente, para fazer o calçamento da Praça Pereira e Oliveira e de parte da rua Visconde de Ouro Preto o Estado teve de auxiliar a municipalidade.

O desenvolvimento de Florianopolis depende de sua ligação ao continente por uma ponte atravéz do Estreito, da viação ferroviaria da cidade para as sédes dos districtos mais distantes com pequenas linhas para S. José, Palhoça, Biguassù e respectivas zonas coloniaes.

Depois viriam totalmente os prolongamentos da D. Thereza Christina e a ligação da capital com o centro e o norte do Estado.

A Lei nº 1084 de 4 de Outubro de 1915 em seu artigo 5º, paragrapho 16, autorisou o governo a promover a realisação daquelles melhoramentos, que constitu-

em a minha aspiração de catharinense e de homem de governo. A guerra européa, com o consequente retrahimento de capitaes, difficulta ou adia a realisação de obras de tão grande vulto, mas indispensaveis á expansão da cidade.

O illustre Sr. Dr. Luiz Costa, director do Serviço de Esgotos, a quem incumbi de estudar o plano de construcção de uma ponte sobre o Estreito, partindo do caes da Fraternidade, junto ao actual trapiche do Lloyd Brasileiro, ligando-se á Ilha do Carvão por um molhe largo bastante para o transito de travessia e serviço do porto, declara que esse molhe conjunctamente com o ultimo trecho do caes projectado pela Commissão do Porto, dará uma linha de caes de atracação de cêrca de 800 metros, dentro de um remanso abrigado de todos os ventos, com facil accesso aos navios que venham de ambas as barras. Da Ilha do Carvão, até certa extenção para o continente, o fundo solido para fundações corresponde ao do Estreito, onde a sondagem dá 36 metros e 8 apenas junto a ilha acima, em fundo rocha. Ahi, diz o competente engenheiro, indicamos um vão movel e deste para terra firme tres vãos fluctuantes seguidos de outros fixos até o continente, a exemplo do que se fez sobre o Hougle, em Calcutá.

O Dr. Luiz Costa já apresentou ao governo o schema de seu trabalho, que, como vêdes, resolve tambem o problema do nosso porto.

Se as condições actuaes do mundo não me permitirem deixar esse melhoramento ao menos iniciado, procurarei deixar todos os estudos feitos e approvados para que o meu successor, em melhores dias, possa realisalo.

Sob o ponto de vista das industrias fabris a capital está em situação inferior a Joinville e Blumenau, o mesmo succedendo quanto a agricultura.

A população do interior da ilha quasi não trabalha na lavoura e quando o faz é em pequena escala. Basta accentuar, para prova do seu apêgo á rotina, que havendo no municipio estradas carroçaveis, não ha ainda um lavrador que possua uma carrêta para transporte. O mercado da capital é quasi totalmente supprido pelos colonos do continente, com os maiores sacrificios, porque, alem do mais, o proprio municipal onde se realisam as feiras semanaes não lhes offerece o conveniente abrigo durante os días e as noites. A capital tambem não possui um matadouro moderno. O gado para o consumo é abatido no Estreito, ainda pelo systema primitivo.

A facilidade de communições rapidas do resto do Estado com a capital traria para a ilha o renovamento de sua população e o barateamento da vida. Nas terras mal aproveitadas e mal trabalhadas que constituem a quasi totalidade da ilha, se adaptam as mais variadas culturas.

Puderemos produzir todas as fructas tropicaes; temos terrenos proprios para a cultura em larga escala da batata, da cebola, do amendoim e de todos os cereaes de facil exportação e de grande procura commercial. A nossa população é pobre porque não quer ser prospera. A visão constante dos vapores que vem do Rio Grande, conduzindo para o Rio de Janeiro milhares de repólhos e outros productos de facil cultura, como os que acima enunciei, não lhe desperta estímulos.

Estou certo de que só conseguiremos sahir desse estado de marasmo e de rotina, proporcionando aos forasteiros vantagens e perspectivas economicas que os seduzam á localisação nas fertes terras da ilha tão pouco aproveitadas.

A receita do municipio de Florianopolis em 1915 accusou apenas a cifra de 216:756\$910.

Depois da capital os municipios de maior receita no Estado são Joinville com 210:130\$121, Blumenau com 133:969\$840, Itajahy com 94:065\$242, Laguna com 73:125\$438, Lages com 38:995\$253, S. José com 34:387\$400, S. Francisco com 34:057\$350, S. Bento com 23:784\$510, Tijucas com 22:657\$199, Brusque com . . 20:360\$310, Campos Novos com 19:649\$530, Tubarão com 16:906\$370. Palhoça com 16:164\$263. Os municipios de S. Joaquim, Araranguá, Urussanga, Orleans, e Biguassú tiveram receita de 12 a 10 contos de reis; Nova Trento, Curitybanos, Paraty, Canoinhas, Camboriú e Campo Alegre tiveram-na inferior a 8 contos de réis; Porto Bello, Jaguaruna, e Imaruhy inferior a 5 contos de réis e Garopaba rendeu 655\$780.

Em relação a 1914 tiveram augmento de receita em 1915 os seguintes municipios: Itajahy teve um augmento de 36:518\$655, Laguna 9:171\$221, Tijucas 6:235\$344, Biguassú 3:840\$427, Brusque 3:474\$322, Blumenau . . . 2:549\$700, Urussanga 1:572\$700, Camboriú 1.298\$474, Porto Bello 987\$840, Paraty, Canoinhas e S. Bento.

A allegação de que a lei nº 1017 de 21 de Outubro de 1914, que vedou aos municipios a cobrança de taxas sobre a transmissão de propriedade, tornaria impossivel a vida municipal, carece de procedencia.

Alguns dos municipios que accusam augmento de receita em 1915, tinham no imposto sobre transmissão de propriedade uma renda de certa importancia. Basta citar Itajahy, Tijucas e Blumenau.

Destacados daquella receita, os municipios que fizeram a revisão dos seus orçamentos, sem vexames aos contribuintes, e que fiscalisaram rigorosamente a arrecadação,

demonstraram que a lei de 21 de Outubro de 1914 não teve os effeitos desastrosos que se annunciavam.

A vida municipal no Estado, excepção brilhante de algumas municipalidades, é ainda muito estreita.

A maioria dos municipios tudo exige do Estado, desde o expediente para as autoridades policiaes, até o simples reparo de um pequeno trecho de estrada publica, ou a substituição de uma trave no leito de uma ponte!

Alguns municipios devem sahir da situação em que se encontram por um movimento energico de iniciativas, abandonando o regimen das conveniencias e da rotina.

O que se passa nos municipios mais prosperos é muito eloquente para servir de exemplo aos que se deixam ficar inactivos.

—

A Constituição do Estado estabelece no paragrapho 2º do art. 66 que nenhum municipio poderá ser creado com população menor de dez mil habitantes. Parece que se deveria ter seguido tambem o criterio da renda minima.

Municipios existem que não tem a população exigida pela Constituição. No intuito de facilitar o recenseamento do Estado, fazendo-o em condições vantajosas, com dispendios que seriam insignificantes; a lei nº 1071 de 1914 deu essa incumbencia ás autoridades policiaes, a começar pelos inspectores de quarteirões. Nada mais facil e mais pratico.

Nos quarteirões cada um contendo, por exemplo, um maximo de 50 casas, o inspector, conforme instrucções recebidas, organisaçia uma lista contendo os nomes dos habitantes, o sexo, o estado, a idade, naturalidade e instrucção. Depois seria feita, com a mesma facilidade, com o trabalho de alguns domingos, a estatistica agricola, pecuria e industrial.

Apezar dos esforços da autoridade superior da policia, não foi possível conseguir a divisão de todos os municipios do Estado em quarteirões e em alguns, apesar de constar officialmente ter sido feita essa divisão, nada existe ainda a respeito! Os poderes municipaes devem combinar a sua acção com a policia no sentido de ser feito o recenseamento dos municipios na forma da lei nº 1071.

As circunscripções que não tiverem a população exigida pela Constituição não podem ser municipios.

E depois de que serve a autonomia municipal com uma receita de 4 e 3 contos de reis e até como a de Garopaba que foi de 655\$780?

E um caso unico no Brasil.

Seja pela falta de administração, seja pelas condições locais é preciso rever a divisão administrativa do Estado, porque esses municipios sem receita, sem melhoramentos materiaes, sem capacidade para um surto de progresso, nos collocam em situação lastimavel em um regimen em que o municipio constitue a cellula vital de systema político. Sem uma receita minima de 10 contos de réis não deveria existir um municipio.

Em outros Estados os municipios têm serviços de hygiene e de policia, conservam e constroem estradas. Em Santa Catharina, salvas excepções, raras e honrosas, os municipios não fazem administração e tudo esperam do Estado, mesmo os auxilios mais insignificantes. Com a vossa collaboração, Senhores Representantes, pretendo esforçar-me para sahirnos dessa situação de abandono, para o que promoverei opportunamente, nesta capital, uma conferencia de todos os superintendentes e presidentes de conselhos municipaes, a fim de serem discutidas e assentadas as medidas que parecerem convenientes ao

progresso dos municípios e por conseguinte á grandeza do Estado.

Por circumstancias independentes de nossa vontade, durante alguns annos, desde 1910, não nos foi possível proseguir no processo de execução da sentença do Supremo Tribunal Federal na questão de limites com o vizinho Estado do Paraná.

QUESTÃO DE LIMITES COM O PARANÁ

Contrario como fui a uma solução arbitral, depois da sentença, eu trouxe para o governo o deliberado proposito de promover aquella execução, afim de que fosse reparada a injustiça secular que vem privando o nosso Estado da jurisdicção de territorios seus e espoliando-o, de anno a anno, de novos trechos de terras, fazendo-se augmentar cada vez mais a area do Contestado por uma acção constante de invasão preconcebida. Em Junho do anno passado fui convidado pelo Sr. Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, Presidente da Republica, para ir a capital do paiz, afim de conferenciar com S. Exa. sobre a questão de limites. O chefe da nação resolvera intervir no caso, com a sua autoridade moral, no desejo patriotico de procurar uma formula que resolvesse a pendencia pacificamente, a contento das duas altas partes, no interesse da ordem publica e da communhão brasileira.

Ouvindo o Sr. Presidente da Republica, promptifiquei-me a collaborar com S. Exa. na realização dos seus intuitos, dentro dos moldes da sentença judiciaria, isto é, para a realização de um accôrdo que importasse para ambas as partes no reconhecimento da sentença.

Inelizmente, o então presidente do Paraná, o illustre Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, que tambem tóra ao Rio igualmente a convite do Sr. Presidente da Republica, só admittio como formulas para resolver

a questão: o arbitramento, o plebiscito, ou cada um dos Estados litigantes ficar com a parte do Contestado onde exerce jurisdição.

Era impossível recorrer ao julgamento de arbitros quando já se tem uma sentença do mais alto tribunal do paiz e o plebiscito seria uma armadilha á boa fé de quem o aceitasse. Quanto ao terceiro alvitre, este valeria pela nossa derrota.

O Contestado primitivo e unico reduzia-se aos campos de Palmas, como sabeis.

As occupações paranaenses da margem esquerda do rio Negro são recentes e recentissimas são as occupações de Tres Barras, de Lucena, do Rio Preto e as tentativas contra o Timbó e o Itajahy do norte, na comarca de Blumenau. Seria irrisorio que de posse de uma sentença firmada á luz do direito e da verdade historica, considerassemos contestada a nossa jurisdição em Curitybanos, Campos Novos, Canoinhas, S. Bento e Campo Alegre.

E' claro que assim teriam de fracassar os bons desejos do Sr. Presidente da Republica.

Em todo o caso, agitando-se novamente a tentativa do governo do Paraná de estender a sua jurisdição pelo districto do Timbó, ja se tendo até fixado no lugar Valões, á margem do Iguassú, o Sr. Presidente da Republica promptificou-se, tendo em vista a situação bastante tensa que se creára em torno desse caso, a servir de arbitro nas divergencias que occurriam. Entreguei a S. Exa. minuciosa exposição sobre o assumpto, o mesmo fazendo o Sr. Presidente do Paraná, que, entretanto, não abandonou a sua idéa de conquista. Em outra parte da presente mensagem ja me referi á gravidade que assumio o caso do Timbó e ás medidas tomadas pelo governo federal.

Até agora, porém, o Sr. Presidente da Republica nada resolveu de definitivo sobre o Timbó, onde permanece a mesma situação de duvidas, não tendo havido mais perturbação da ordem publica e continuando o policiamento ali a ser feito pela força federal.

Fracassada essa primeira tentativa do Sr. Dr. Wenceslau Braz para a solução da pendencia extra juizo, declarei a S. Exa. que o meu Estado promoveria a execução da sentença pelas vias judiciarias.

Assim, em 4 de Agosto, o eminente Sr. Dr. Epitacio Pessôa, advogado de Santa Catharina, apresentou ao Supremo Tribunal a petição inicial para o processo de execução.

O Paraná, por seu advogado, pediu vista para embargos e o processo seguiu a sua marcha regular, tendo o Sr. Dr. Epitacio Pessôa arrazoado afinal em 15 de Novembro.

O trabalho do notavel jurista é perfeito e completo, viva documentação da sua brilhante cultura. Percorridos os tramites legaes, foram os autos com vista ao Sr. Ministro Procurador Geral da Republica, para dar o seu parecer, os quaes ainda se acham em poder desse magistrado

Depois vieram as ferias do Supremo Tribunal Federal que se prolongaram de 1º de Fevereiro a 31 de Março.

Em 10 de Abril deste anno, chegou a esta Capital o Sr. Capitão de Fragata Thiers Fleming, sub-chefe do Estado Maior do Sr. Presidente da Republica, que me avisára, por telegramma, da vinda desse distincto official.

O Commandante Thiers Fleming, em nome do Sr. Presidente da Republica, apresentou-me a seguinte proposta para a solução da questão de limites:

«A questão de limites será decidida parte por accordo directo e parte por arbitramento. Os limites de Santa Catharina *ficarão desde já* respeitados pelo Paraná de accordo com as seguintes divisas: Pelos rios Negro e Iguassú abaixo até o primeiro ribeirão nas proximidades de União da Victoria; (o ribeirão maior entre a fóz do Timbó e a referida cidade de União da Victoria) por este ribeirão acima até a Estrada de Ferro e por esta até o rio do Peixe e por este até a sua fóz no Uruguay, ficando sob a jurisdição de Santa Catharina todos os municipios que estão sob a do Paraná: Tres Barras, Papanduva, Vallões etc.

Santa Catharina *reconhecerá* como pertencente ao Paraná e *desde já* a zona comprehendida entre os seguintes limites: descendo pelo Iguassú a partir da fóz do Jangada até a fóz do Chopin e por este acima até a cabeceira mais alta e desta á cabeceira mais proxima do Jangada e por este abaixo até a sua fóz no Iguassú.

Toda a extensão restante ficará para ser resolvida pelo arbitro

O arbitro terá a liberdade de resolver como fôr de Justiça e de equidade».

Em carta dirigida ao Sr. Presidente da Republica, em data de 15 de Abril, e da qual foi portador o Sr. Commandante Fleming, apresentei a S. Exa. uma contra proposta declarando-lhe ser a unica que me animaria a apresentar á deliberação do Congresso estadual. Essa proposta é a seguinte:

«A questão de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catharina poderá ser ducidida por accordo directo desses Estados, se antes não o tiver

sido pelo Supremo Tribunal Federal, aceitando ambos as seguintes divisas:

No littoral: a linha de demarcação de 1771 levantada a partir da barra velha do Sahy-guassú em rumo direito de oeste e passando entre os picos da Serra Geral denominados Itkrim e Araraquara.

No interior: o rio Negro desde o ponto mais alto de sua cabeceira principal até a sua foz no rio Iguassú e por este até a foz do rio Jangada; por este acima até a mais alta e principal cabeceira, que será prolongada em linha recta, na direcção sul até a sua intercepção com a linha divisoria das aguas dos rios Iguassú e Uruguay e por esta linha divisoria das ditas aguas, na direcção geral de oeste, até encontrar a linha que liga as cabeceiras dos rios Santo Antonio e Pepiry-guassú na fronteira argentina.

Os dois Estados reunirão os seus congressos legislativos em Agosto deste anno e si estes, por lei que respectivamente votarem, aprovarem a linha de limites acima traçada, entrarão immediatamente na posse definitiva e jurisdicção plena das terras que lhes devem pertencer ao sul e norte da dita linha de limites, aguardando em paz e tranquillamente que a lei seja submettida no anno seguinte a aprovação dos seus congressos e, em seguida, á aprovação do Congresso Nacional.

Regressando ao Rio, o Sr. Commandante Fleming, poucos dias depois, partia dali para Curityba, a fim de conferenciar com o Sr. Presidente do Paraná, em nome do Sr. Dr. Wenceslau Braz.

Em 14 de Maio aqui chegava novamente aquelle official, sendo portador de uma carta em que o chefe da na-

ção me reiterava os seus intuitos de resolver a irritante pendencia em bem dos interesses nacionaes. O Paraná accetava, em parte, a minha contra proposta. Não concordava, porém, com a linha divisoria pelo rio Jangada, e sim pela estrada de ferro, de modo a ficar dividida a cidade de União da Victoria.

Em carta de 20 de Maio, mostrei ao Sr. Presidente da Republica os inconvenientes de serem abandonadas divisas naturaes e os que fatalmente adviriam da divisão de uma cidade. Não se diga, para justificar essa pretensão, que a cidade do Rio Negro tambem ficará dividida. E' bem diversa a situação. Em Rio Negro existe o divisor natural que é o rio, alem de cuja margem esquerda não podemos ter pretensões, succedendo que a jurisdicção que o Paraná exerce nessa margem é a consequencia da politica de invasões territoriaes que originou esse estado de coisas, tão deploravel e tão triste, entre duas circumscripções da mesma patria.

União da Victoria está situada toda na margem esquerda do Iguassú, em territorio que a sentença reconheceu pertencer a Santa Catharina. A divisão dessa localidade pela estrada de ferro seria uma fonte perenne de perturbações e de conflictos de ordem administrativa e social, quando, o que é preciso, é que o accordo importe no esquecimento dos attrictos e das incompatibilidades do passado e do presente.

Demais as relações naturaes de União da Victoria, vinculada a Santa Catharina pela estrada de ferro dali a S. Francisco, só poderão ser com este Estado pela rapidez, facilidade e preço de transportes.

Resta-me ainda declarar-vos que apresentei a contra proposta de que vos dou conhecimento, depois de ouvir diversos dos mais altos responsaveis pela situação politica do Estado e só após vencidas justas reluctancias, as-

sentamos ir ao encontro dos designios do chefe da nação.

Entretanto, não querendo contrariar os desejos do Sr. Presidente da Republica, affectei a solução do caso ao Dr. Lauro Müller e á nossa representação federal no Rio de Janeiro.

Até a presente data nada foi resolvido ainda e o processo da execução da sentença continua paralyzado e a nossa jurisdicção no Timbó se faz sentir de modo muito precario, porque ali continuam as forças federaes e o Paraná insiste na occupação de Vallões.

Não considero, porém, afastada a possibilidade de um accordo, dado o empenho que manifesta o chefe da nação em realisalo e mesmo tendo em vista os interesses communs dos dois Estados que não devem prolongar uma situação para a qual está indiscutivelmente voltada a attenção de todo o paiz.

Ha no Estado do Rio Grande Sul duvidas sobre os seus limites com o nosso Estado, pelo municipio do Araranguá, o que tem dado logar a diversas tentativas das autoridades de Torres no sentido de exercerem jurisdicção no territorio entre a margem esquerda do rio «Verde» e a direita do rio «Sertão,» todo pertencente ao 2º districto daquelle municipio catharinense.

LIMITES COM O RIO
GRANDE DO SUL

Parece-me que taes duvidas decorrem ou do facto de se considerar naquelle Estado que o «Mampituba,» que só conserva este nome em uma pequena extensão de seu baixo curso, tem o seu prolongamento natural no afluyente da margem norte denominada «Sertão,» ou da circumstancia de se haver erroneamente feito tigrurar em um mappa de Santa Catharina, impresso em 1907, este ultimo rio como o limite sul deste com aquelle Estado

por sua zona littoranea. O que é certo, porém, é que tanto o rio «Sertão,» como os demais que affluem pelas margens direita e esquerda do «Mampituba» e «Verde,» não são rios que tenham suas cabeceiras na Serra Geral e sim em lagoas formadas abaixo desta, e que somente o rio «Verde» é dos galhos do Mampituba,» o unico que se prolonga com maior curso na mesnia direcção geral leste-oeste deste ultimo por entre contra-fortes da serra geral até grande altura desta serra.

Tenham as duvidas esta ou aquella origem, o facto é que ellas existem, se vão accentuando e precisam de uma solução tão urgente quanto possivel para afastar os inconveniente de uma situação indecisa em assumpto de capital relevancia para os dois Estados da Federação Brasileira e muito especialmente para as populações limítrophes, como podereis bem julgar pelo que se segue:

Em 18 de Novembro do anno passado recebi do sr. General Salvador Pinheiro Machado, Vice-Presidente, em exercicio, do Rio Grande do Sul, o seguinte telegramma:

«Provavelmente por engano a Collectoria de Araranguá está cobrando impostos no districto da Gloria, pertencente ao municipio de Torres deste Estado. Rogo intervenção V. Ex^a afim de cessar a irregularidade apontada. Saudações cordiaes. (A.) Salvador Pinheiro.»

Ao mesmo tempo as autoridades municipaes e judiarias de Araranguá me communicavam que no 2º districto desse municipio autoridades rio-grandenses tentavam exercer jurisdicção policial e judiciaria, tendo ainda publicado editaes intimando os moradores a pagarem impostos no municipio de Torres.

Em additamento a essas informações o Superinten-

dente de Araranguá dizia mais o seguinte, em telegramma de 28 de Novembro :

«A lei provincial nº. 272 de 4 de Maio de 1848, creando a freguezia de Araranguá, limitou-a ao sul pelo rio Mampituba. Elevada a freguezia a municipio pela lei provincial nº. 901 de 1880 teve esse mesmo limite ao sul.

Desde 1848 os habitantes da zona ora invadida pelo Rio Grande são jurados nossos, exercem cargos policiaes catharinenses, foram e são eleitores pela lei de 1881 e pela vigente. Todos os governos rio-grandenses têm respeitado a linha divisoria dos dois Estados como sendo o rio Mampituba, desde a criação da freguezia de Araranguá. Saudações (A.) João Fernandes. Superintendente.»

Em data de 21, anteriormente a esses esclarecimentos, ao Sr. Vice-Presidente do Rio Grande telegraphiei nos seguintes termos :

«Estou de posse do telegramma de V. Ex^ª. sobre cobrança de impostos pela collectoria de Araranguá no districto da Gloria, municipio de Torres. Afim de providenciar aguardo informações que mandei solicitar do collecter daquelle municipio, entretanto, para melhor esclarecimento desejaria que V. Ex^ª. me enviasse os limites do districto da Gloria, com o municipio de Araranguá, pois, no caso de equivoco, os nossos governos sem quebra da cordialidade administrativa e da solidariedade politica, poderão encaminhar harmonicamente a solução definitiva do assumpto, assentando os limites naturaes entre os nossos Estados naquelle ponto.»

Em troca de correspondencia posterior, resolveram os dois governos manter o *statu quo* na parte contes-

tada do 2º. districto do Araranguá, isto é, a continuação da jurisdição de Santa Catharina, até que o caso seja resolvido por accordo nos termos da Constituição Federal.

Está combinado que os dois Estados nomearão representantes seus para estudarem o assumpto, quer pelo lado da legislação, quer pelo lado topographico, accordando-se depois em um projecto de lei que será votado pelos respectivos poderes legislativos e depois pelo Congresso Nacional.

Urge que me habiliteis com a necessaria authorisação e credito para encaminhar o accordo na forma referida, assentando-se de vez os nossos limites com o Estado visinho, cujo governo nos tem dado as mais altas provas de seus sentimentos de cordialidade e da serenidade patriótica do seu modo de agir, mantendo as suas pretensões, mas evitando choques e invasões irritantes na parte que pretende.

SANEAMENTO DA CAPITAL

SERVIÇO DE ESGOTO

Estão felizmente em via de conclusão as obras de esgotos desta capital.

Do relatorio do Sr. Dr. Luiz Costa, competente engenheiro director do serviço, transcrevo aqui o seguinte:

No artigo referente á inauguração dos esgotos da capital de Pernambuco, publicado no Jornal do Recife de 12 de Dezembro de 1915, diz o Dr. Saturnino de Britto, eminente chefe daquelles trabalhos, o mesmo scien-tista que nos indicou para os que aqui executamos:

“O custo kilometrico de rêde do Recife, sem levar em conta a administração, o edificio especial para escriptorio. etc, é de 54:400\$000; o de Santos,

comparadas as obras da mesma natureza, é de 55:700\$000; o de Nictheroy tendo valor muito inferior, sem as installações e uzina de depuração é de 64:700\$000.

«O serviço da Parahyba, com limitado esgotamento e escoramento nas valas de construção, com pequena estação elevatoria no districto baixo, foi orçado em 24:000\$000.

«O esgoto de Florianopolis, prosegue o Dr. Luiz Costa, cidade como a Parahyba, com uma rede de emissor e de collectores de galerias de concreto, tijolo e tubos seramicos e de ferro assentados em vallas, muitas profundas, de longos escoramentos e continuos trabalhos de bombas, com custosos córtes de vallas em rochas que foram alem de seis metros de profundidade; — com tres estações elevatorias para escoamento da extensa zona de mais de cinco kilometros de longo que acompanha a praia; — com duas linhas de costão, em tubos de ferro, ora apoiadas na rocha ora sobre pilares no mar ou delte protegidos por caes de embate; com grande córte em argila arenosa seguido de um tunel em rocha para accesso do emissor á uzina destinada á depuração biologica pelo ar difuso, processo de MILWANKER e tanque de accumulacão de concreto armado, coberto e da capacidade de 900 metros cubicos, caixa de areia e edificio para bombas motores e compressores de ar; — com um caes de 140 m. de longo e 3 m. d'agua, contendo um aterro de 6600 metros quadrados, area tomada ao mar para as installações acima; -- com tubo de lançamento do effluente ao mar, de 50 metros de longo construído sobre carreira e fabricado de forte concreto armado com garantias contra o ataque das aguas salgadas

contra a armadura do tubo; — com todo o material de primeira qualidade, tijolo que está servindo para paramento descoberto de construcções, cimento Kinigt-Beeve e material ceramico de Doulton, de LONDRES, custará a rêde prompta menos de 20:000\$000 o kilometro.»

Quando assmi o governo, em 28 de Setembro de 1914, as condições financeiras do Estado tinham levado o meu antecessor á contingencia de suspender as obras de tão importante melhoramento publico.

Conhecendo que seria impossivel continual-as com os recursos ordinarios do Estado, obtive do Banco do Brazil a principio um emprestimo em conta corrente até a quantia de 350:000\$000, a juros de 10 %₁₀, e ultimamente mais 150:000\$000 a juros de 9 %₁₀, afim de habilitar-me a concluir serviço de tanta magnitude qual o de saneamento da capital, cuja interrupção poderia redundar em grandes perdas dos trabalhos já realizados. Até aquella data as despezas feitas com o serviço e aquisição de material montavam a 569:089\$230. Desta despeza estava paga a quantia de 503:465\$867, sendo o restante pago no meu governo.

Somente em Setembro de 1915, depois de ter obtido a operação financeira a que me referi, foi possivel ao governo proseguir nas obras de esgotos. Dahi até 31 de Dezembro as despezas feitas e pagas importaram em ... 50:622\$695. No primeiro semestre do corrente anno as obras tomaram grande vulto, fazendo-se a aquisição do material indispensavel para a rêde geral, tanque biologico, etc.

O material adquirido para installações domiciliares apenas chegará para um terço dos predios urbanos sendo indispensavel fazer nova aquisição, o que tem sido difficil por motivo da guerra, custo e falta de transporte. O

material adquirido ultimamente tem custado o duplo e o triplo dos preços primitivos.

Durante o periodo de 1 de Janeiro a 30 de Junho do anno corrente as despesas realizadas subiram a 363:162\$300.

O total das despesas feitas com o serviço de esgotos é até 30 de Junho ultimo de 932:251\$530, sendo no governo do meu antecessor 569:089\$230 e na minha administração 363:162\$300.

O orçamento geral das obras foi calculado em 583:162\$723, não se incluindo nessa quantia as despesas feitas com o caes e aterro nos terrenos proximos á fortaleza de S. Anna, onde estão sendo construidos o tanque biologico e a casa das machinas; não se devendo ainda levar em conta as despesas feitas com a conservação das obras e material durante o tempo de suspensão do serviço, nem o dispendido com a aquisição de material destinado as installações domiciliaries, cuja importancia será restituída ao Estado.

O total destas despesas é de:

Com installações já feitas	68:337\$828
Com material existente em deposito no almoxarifado conforme balanço	217:624\$769
Com estudos e serviços para augmento de abastecimento d'agua	10:901\$900
Com o caes e aterro nos terrenos do tanque biologico e casa de machinas	31:876\$475
Com a conservação das obras durante a suspensão dos trabalhos, com o pessoal e indemnisações	30:121\$692
Despesas e serviços diversos	28:523\$394
TOTAL	387:386\$058

Deduzida esta quantia do total das despesas feitas, verifica-se que o serviço propriamente da rede geral de esgotos custou até 30 de Junho 544:865\$472.

As despesas calculadas para a conclusão do serviço constarão do seguinte:

Da linha collectora de Bocayuva e de um trecho de 20 mts. da linha das chacaras que ao custo dos trabalhos em andamento, orçará em	20:000\$000
Das obras necessarias para a conclusão dos tanques biologicos da Fortaleza no valor provavel de	7:865\$000
Dos trabalhos de que ainda carece a estação elevatoria da Praça Quinze	3:050\$000
Do abrigo necessario a Estação do Largo S. Sebastião, assentamento de bombas e motores	3:000\$000
De identico a ser feito na Estação de São Luiz	2:500\$000
Contas já processadas	3:342\$480
Ditas a conferir	5:628\$340
Ditas ainda a pagar a James Magnus 1395 Dolars	5:719\$500
Imprevistos (10 %)	5:110\$532
TOTAL	<u>56:215\$852</u>

Addicionando-se essa quantia a já dispendida de 544:865\$472, teremos a despesa total de 601:081\$324.

O excesso que se verifica entre o custo total das obras e o orçamento é de 17:918\$601, o que é insignificante para obras dessa natureza, principalmente si se tiver em vista a situação actual com o augmento de preços de material, mão de obra etc. Entretanto é possível

que esse calculo soffra modificações com a necessidade de serviços imprevistos.

As despesas com as installações domiciliaries e respectivo material são feitas pelo Estado, por adiantamento, mas, como sabeis, das quantias dispendidas o Thesouro será indemnizado pelos proprietarios de accordo com o regulamento e instrucções já expeditas.

Para esse serviço é possível que o governo tenha de recorrer a uma operação de credito, desde que ainda é preciso material para installações em cêrca de 1500 predios. Procurei evitar os inconvenientes de um emprestimo a juros elevados, com a providencia dos proprietarios pagarem adiantadamente as respectivas taxas sanitarias.

Infelizmente fui mal comprehendido, tendo essa medida provocado reclamações cuja improcedencia é manifesta.

Relação do Serviço de Canalizações executados de 1º de Setembro a 31 de Dezembro de 1915.

TRECHOS	Metros	DIAMETROS	Observações
Rua Joinville	185,50	0,20 a 0,15	<p>Vala com grande esgotamento e escoramento, areia fluente, risco de desmoronamentos.</p> <p>Boim terreno</p> <p>Linha a beira mar, terreno pedregoso, muita agua, areia fluente, grande trabalho de bombas e escoramentos.</p> <p>Vala com escoramento, pedras soltas, areia grossa, muita agua, trabalho de bombas.</p> <p>Escavações profundas, agua, escoramentos, etc.</p> <p>Pilares em brojo, muita agua, escoramento ligeiro.</p> <p>Cavas profundas, tubos de ferro sobre pilares e estão, caes de embate, grande serviço de arrebentamento de pedras, remoção dellas, manilhas protegidas por concreto, etc.</p> <p>Galerias de concreto, tubos de ferro, escavações ao longo do mar, grande escoramento e serviço de bombas, etc.</p> <p>Galeria de tijolo e concreto, difficuldade só do transito da rua.</p>
» Deodoro	72,00	0,20	
A. Rio Branco	281,30		
Rua Lamego	410,00	0,20, 0,22, 0,30	
Linha Garofallis	130,00	0,22	
Prainha	340,00	0,30	
Bocayuva	1360	0,30 e 0,20	
Schutel	215	0,20	
Linha Horn	36,00	0,20	
Linha Müller	740,00	0,30	
L. 13 de Maio	330,00	0,50—0,30	
Consº. Mafra	267	0,60	
Somma	4.416,80		

**Relação dos collectores de ferro, ceramicos tijolo e concreto
assentados de 1º de Janeiro a 30 de Junho de 1916.**

DIAMETROS

TRECHOS	0,10	0,15	0,20	0,22	0,25	0,30	0,50	0,60	0,80
1ª SECÇÃO									
Tubos ceramicos		4468	5616	130	1436	113			
Dº tijolo, concreto							240	1360	100
Dº ferro fundido							280		
2ª SECÇÃO									
T. ceramicos		838	1066	127		826			
Dº de concreto							70		
Dº de ferro						310			
3ª SECÇÃO									
T. ceramicos		2193	4084	293	198	2362			
Dº de ferro						400			
Linha de Recalque									
T. de ferro			460						
Linha de aguas pluviaes									
T. ceramicos			40	50		70			
Dº de tijolos							40		
Linhas lateraes									
T. ceramicos		610	280						
	3600	8109	11546	600	1634	4081	630	1360	100
		Total		31660					

Relação das canalizações ainda por construir em 30 de Junho

DIAMETROS

	0,20	0,30
3ª SECÇÃO:		
T. ceramicos	40	20
Dº de ferro		470
LINHA DE RECALQUE:		
T. de ferro	80	
	120	490
	Total 601	

O abastecimento d'agua á cidade, principalmente nas estiagens, é feito de modo deficiente. Esse importante serviço continua, na vigencia de um contracto, arrendado a Simmonds & Williamson, por 25 annos. Os termos desse contracto têm creado ao governo grandes difficuldades, principalmente no tocante ao serviço de saneamento da capital.

Tenho procurado resolver o problema d'agua para o funcionamento dos esgotos, nada havendo ainda accordado com a Empresa arrendataria.

Sobre o assumpto e sobre as providencias que tenho posto em pratica diz o Dr. Luiz Costa em seu relatorio:

"Como é sabido a agua de que dispõe a Empresa arrendataria é pouca; em 24 horas não vai além de 850 mil litros de abastecimento normal, e, já nas normaes e repetidas estiagens, tem descido a 520 mil apenas, como ao tin-dar do anno passado tivemos occasião de comprovar.

O numero de predios de Florianopolis já sobe a mais de 2.700 e em poucos mezes chegará a 3.000 pelo andamento que vão tendo as construcções; então, ainda em epochas normaes, não se terá mais de 293 litros por casa ou sejam 34 por habitante, quota insignificante, mesmo para uma cidade sem rêde de esgotos; accrescendo ainda a circumstancia de não ser mais possivel contar com os poços de antiga servidão, hoje na maioria circumdados de fôssas quando não transformados nellas.

Nada exageramos: algumas das vallas que mandamos abrir para assentamento dos collectores de prompto se encheram de liquidos turvos, amarellados, que entram logo em processo de fermentação, indicando assim a sua origem suspeita, como in locum mostramos ao Dr. Ferreira Lima, Inspector de Hygiene do Estado.

Embora a nossa rede de esgotos seja de systema separado absoluto, isto é, construida unicamente para as

aguas servidas e cloacaes, os seus collectores foram calculados para uma cidade em prosperidade e para attender aos accrescidos com os trabalhos do porto em andamento, conforme se pedia ao projecto, condição que mais accentua a necessidade d'agua.

Felizmente não tem os governos do Estado descuidado da questão: o do Exmo. Sr. Coronel Vidal Ramos fez estudar-se o Rio Tavares que V. Exa., com grande vantagem para o Estado, adquiriu e cogita da respectiva canalisação, que se adia apenas pelos embaraços que trazem os máos tempos que vão correndo.

Alem disso, fomos a convite do Sr. Secretario Geral do Estado, commissionados para estudar a possibilidade de augmentar e melhorar as actuaes captações, estudo que, com o concurso do engenheiro Waldemiro Salles, estendemos ao de uma açudagem que nos pareceu de bôa solução.

Si o resultado de tal estudo corresponder ás nossas previsões, teremos mais cerca de 4.000 metros cubicos em 24 horas, tanto quanto não dão juntos todos os corregos da Ilha em epocas normaes.

Com essa açudagem e os corregos Anna d'Avilla, Grande, Sertão, Tavares, Sacco Grande, todos de facil captação, poderemos dispor de cerca de 6.700.000 litros em 24 horas o bastante para uma população de 35.000 habitantes.»

Por outro lado o contracto de arrendamento tem motivado da parte da empresa arrendataria duvidas que não parecem ter procedencia. Como sabeis, essa mesma empresa é tambem arrendataria do serviço de luz e força. Pois bem, com o desenvolvimento que a cidade apresenta, estendendo-se cada vez mais, succede que a empresa, não se julga obrigada a estender pelas novas ruas

aquelles serviços, allegando que as installações respectivas devem ser feitas pelo Estado.

O governo procura harmonisar os interesses do Estado com os da empresa entabolando negociações a respeito.

As pennas d'agua existentes na cidade, compreendido o serviço gratuito por força de lei e o gratuito por concessão da empresa, elevam-se a 2834.

As gratuitas são 11 em estabelecimentos estaduais, 12 em municipaes e 23 em particulares.

Os predios servidos pelo abastecimento d'agua pagam mensalmente á empresa:

A razão de 2\$000	795
« « « 4\$000	974
« « « 6\$000	598
« « « 8\$000	428
TOTAL	<u>2.795</u>

Já me referi anteriormente ao serviço de luz e força, **LUZ E FORÇA** também arrendado á empresa Simmonds & Williamson, e aos embaraços oppostos por essa mesma empresa á installação do serviço nas novas ruas da cidade.

O estado actual desse serviço é o seguinte:

As lampadas incandescentes de 50 velas na illuminação publica são	542
De 1000	16
De 600	1
De 1200 (arcos voltaicos)	4

A illuminação publica na epoca do contracto era de 500 lampadas de 50 velas, 1 de 500 e 20 de arcos voltaicos de 1200 velas.

O Estado paga actualmente das primeiras o excesso de 42 e o governo permittio que 16 das lampadas

de 1200 velas, de arco voltaico, fossem substituídas, provisoriamente pelas dificuldades do momento, por outras tantas de nitrogênio de 1000 velas.

Quanto ás installações particulares, existiam 837 em 1914, e actualmente existem 1.134. As installações em proprios estaduaes são 8 e em municipaes 2.

CONVENIOS E CONTRACTOS

Afim de defender a industria nacional da herva-matte, seriamente ameaçada com as medidas postas em pratica pelo Governo Argentino, visando proteger os moinhos daquelle paiz, e criando grandes embaraços á importação da herva beneficiada, entraram em accôrdo os dois Estados de Santa Catharina e Paraná, os maiores productores e exportadores desse producto, no sentido do imposto de exportação sobre a herva cancheada, remetida para o Rio da Prata ser cobrado em ouro.

Estou certo de que essa medida, posta em pratica pelo Estado que tenho a honra de administrar, e pelo Paraná, neutralizará as providencias que, em sentido contrario, foram realisadas pela Republica Argentina, de modo que a herva beneficiada de producção nacional poderá competir com a preparada nos engenhos platinos, que aliás empregam quasi exclusivamente a herva bruta importada do Brazil.

Por esse motivo, tive de baixar, *ad referendum* do Congresso, o decreto n.º 933, de 15 de Abril do corrente anno, mandando cobrar em ouro o imposto de exportação sobre a herva não beneficiada destinada ao estrangeiro. Por outro lado, o Paraná promulgou a lei ? 1.575, de 22 de Março tambem do corrente anno, estabelecendo a mesma tributação.

Em 15 de Abril deste anno, foi celebrado um convenio nesta Capital, estando o Governo do Paraná de-

vidamente representado pelo illustre Sr. Dr. Marins Cargom. Por esse convenio os dois Estados interessados se comprometteram a cobrar o imposto de exportação sobre a herva cancheada na conformidade da lei paranaense e do decreto catharinense acima referido.

Sendo esse convenio de evidente vantagem para os interesses da industria hervateira, espero que o Congresso não se recusará referendal-o.

Em 14 de Abril, tambem do corrente anno. foi assignado com a Companhia São Paulo-Rio Grande, representada pelo Sr. Dr. Marcellino José Nogueira Junior, um accôrdo para a cobrança do imposto de viação, creado pela lei nº 1.082, de 2 de Outubro de 1915.

Na negociação para a assignatura desse accôrdo, verificou-se a impossibilidade, por parte da referida Companhia, de executar o art. 5º da citada lei, que aliás está em divergencia com os termos do aviso nº 85, de 28 de Junho de 1912, do Ministerio da Viação, que permittio á Companhia arrecadar o imposto de que se trata, mas dentro de certas condições. O imposto é arrecadado na occasião do despacho, na estrada de ferro, das mercadorias sobre as quaes elle incide; mas não sendo licito crear embarços de qualquer especie ao transporte das mesmas, e exigindo o art. 5º a contastação de circumstancias nem sempre de facil comprehensão e pesquisa, qual a de verificar-se si a mercadoria é ou não *destinada a ser beneficiada em eslabelecimentos industriaes, existentes em estações que não sejam portos maritimos ou fluviaes deste Estado*, pareceu-me inteiramente procedente a objecção levantada contra o dito artigo.

E como a disposição nelle contida visava a hervamate cancheada que vem pela estrada de ferro para

ser beneficiada em engenhos existentes em estações intermediarias, de onde sahe depois para o porto de embarque, ainda pela estrada de ferro, parecendo ficar assim duplamente gravada, julguei conveniente deixar de parte o artigo em questão, sem prejudicar o seu espirito, nem a intenção do legislador, uma vez que, na tabella annexa á lei nº 1.082, se diminuisse o imposto sobre a herva-matte bruta de 3\$000 para 2\$000.

Submetto essa modificação ao alto conhecimento do Congresso.

Um outro contracto depende ainda da vossa approvação. E' o que foi lavrado em 14 de Abril deste anno com o engenheiro Telasco Vereza, para o estabelecimento de uma fabrica para extrahir o oleo da nogueira commum, conhecida scientificamente pela denominação de *aleurites moluccana*.

Opportunamente, para que tenhaes melhor conhecimento desse contracto, bem como do accôrdo com a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e do convenio com o Estado do Paraná, a que acima me referi, vos enviarei as respectivas copias.

SITUAÇÃO ECONOMICA

Não obstante a delicada situação economica de todo o paiz, aggravada pela crise financeira da União e, ainda mais fortemente, pelo estado de guerra reinante no velho mundo, o anno de 1915 foi um dos mais felizes que temos tido, sob o ponto de vista da nossa exportação.

A grande procura de productos agricolas e mesmo a alta dos preços de quasi todas as mercadorias manufacturadas contribuíram para estimular e augmentar a produção agricola e industrial e animaram o commercio catharinense.

O augmento da procura, o que equivale a dizer a alta do preço, foi determinada, quanto a certos generos de lavoura, á secco que assolou os sertões do norte, impossibilitando os trabalhos agrarios, e, -quanto á maior parte dos productos, ás difficuldades de importação de similares estrangeiros e á sua maior exportação para o exterior, devido ao estado de guerra nos paizes productores e consumidores da Europa.

A exportação de 1915 attingio a um total ainda não anteriormente alcançado, isto é, 14.389:883\$896, sendo 12.814:165\$431 para o interior e 1:575:718\$465 para o exterior.

No ultimo decennio o movimento da exportação do Estado foi o seguinte:

ANNOS	INTERIOR	EXTERIOR	TOTAL
1906	5.381:645\$420	2.412:495\$239	7.794:140\$659
1907	7.813:865\$459	2:439:770\$994	10.253:636\$453
1908	7.991:925\$991	2.362:402\$343	10.354:328\$334
1909	5.941:925\$797	2.117:508\$528	8.119:434\$325
1910	4.627:962\$058	2.264:014\$445	6.891:976\$503
1911	5.953:494\$040	2.264:058\$416	8.217:552\$456
1912	6.150:234\$757	1.974:515\$803	8.124:750\$560
1913	7.398:608\$919	1.832:434\$000	9.231:042\$919
1914	7.292:828\$139	1.676:439\$340	8.969:267\$479
1915	<u>12.814:165\$431</u>	<u>1.575:718\$465</u>	<u>14.389:883\$896</u>
	71.366:656\$011	20.979:357\$573	92.346:013\$584

Em dez annos, a exportação catharinense é representada por 92.346:013\$584. Evidentemente estamos em frente d'uma ciira modestissima e que contrasta com a riqueza do nosso sólo com o desenvolvimento da colonisação em Santa Catharina e mesmo com a expansão agricola e industrial de que já gosamos.

E' certo, porem, que aquelle total não representa exactamente a realidade. Com effeito, nos algarismos referentes ao anno anterior o valor dos animaes exportados tambem não figura nas nossas estatisticas, porque a sua sahida não está sujeita propriamente ao imposto de exportação e sim a uma rubrica especial, denominada imposto sobre animaes; ha infelizmente grande contrabando de mercadorias nas nossas extensas fronteiras terrestres e, alem de tudo, a pauta organizada para a cobrança do imposto de exportação está geralmente aquem do valor real dos variadissimos generos de nossa exportação.

Podemos, sem exagero, calcular em mais 20 % pelo menos, o valor verdadeiro da nossa exportação annual, o que importa dizer que está mais ou menos equilibrada a nossa balança economica.

Segundo a estatistica organizada pelo Secretario Geral em 1915 entraram nos diversos portos catharinenses mercadorias no valor de 15.793:079\$342.

O seguinte quadro discrimina melhor a importação:

PORTOS	DO EXTERIOR	DO INTERIOR	TOTAL
Florianopolis	1.721:602\$400	6.603:322\$630	8.324:925\$030
S. Francisco	1.836:228\$942	2.576:392\$500	4.412:621\$442
Itajahy	15:874\$490	1.385:274\$130	1.401:148\$620
Laguna	-----	1.654:384\$250	1.654:384\$250
	3.573:705\$852	12.219:373\$510	15:793:079\$342

Comparando o total official de importação com o da exportação, encontraremos um *deficit* de 1.403:195\$446, que mostra de modo bastante expressivo, o muito que precisamos fazer no sentido de desenvol-

ver as nossas fontes de riqueza, afim de que a nossa exportação sobrepuje a importação.

A quantidade e o valor dos principaes generos exportados em 1915, foram os seguintes:

GENEROS	UNIDADES	QUANTIDADE	VALOR
Banha	Kilo	2.536.957	2.027:500\$190
Assucar	»	9.523.964	1.771:159\$910
Farinha de mandioca	»	16:147.796	1.656:987\$449
Arroz	»	3.295.183	1.161:771\$940
Feijão	»	3.953.110	1.019:006\$610
Herva matte	»	3.276.402	985:222\$900
Farinha de trigo	»	3.093.974	842:971\$980
Manteiga	»	608.275	765:487\$175
Pregos	»	1.162.406	395:499\$290
Couros e sollas	»	303.117	380:774\$200
Camisas de meia	Duzia	26.904	365:661\$000
Madeiras	»	— — —	333:152\$263
Polvilho	Kilo	2.040.702	314:740\$842
Café	»	660.299	301:168\$900
Tecidos de algodão	»	— — — —	276:516\$080
Fumo	»	541:485	238:153\$280
Carne de porco	»	332.918	198:165\$940
Banana	Cachos	595.692	144:108\$848
Meias de algodão	Kilo	22.373	134:156\$000
Velas de stearina	»	122.260	122:765\$900
Milho	»	1.528.196	117:446\$545
Rendas e bordados	— —	— — — —	111:686\$200
Papel	Kilo	239.439	107:135\$000

Comparando as sahidas em 1915, d'alguns dos principaes generos de producção do Estado, com as sahidas de 1914, veremos uma alentadora differença a favor daquelle, ora quanto ao valor, ora em relação á quantidade.

O seguinte quadro consigna essas differenças:

PRODUCTOS	Em 1914		Em 1915	
	KILOS	VALOR	KILOS	VALOR
Arroz	1.877.485	529:134\$500	3.295.183	1.161:771\$940
Assucar	3.069.712	442:864\$703	9.523.964	1.771:159\$912
Banha	2.115.839	1.741:906\$777	2.536.957	2.027:500\$190
Café	593.639	285:489\$000	660.299	301:168\$900
Farinha de mandioca	6.393.902	254:591\$750	16.147.796	1.656:980\$449
Feijão	4.052.002	728:908\$520	3.953.110	1.019:006\$610
Fumo	412.080	177:358\$840	541.485	238:153\$280
Herva matte	2.918.421	1.168:017\$920	3.276.402	984:222\$900
Polvilho	971.882	103:177\$926	2.040.702	314:740\$842

A exportação foi feita pelas repartições arrecadadoras de:

Florianopolis	2.507:129\$934
Laguna	4.038:891\$155
Tijucas	128:065\$535
Itajahy	3.938:056\$613
São Francisco	3.141:030\$153
Joinville	364:438\$341
São Bento	7:792\$705
Canoinhas	4:493\$890
Araranguá	973\$290
Lages	13:681\$500
Campos Novos	40:894\$980
São Joaquim	3:435\$000

E teve o seguinte destino:

Amazonas	6:570\$140
Pará	21:900\$670
Maranhão	10:629\$850
Piauhy	4:551\$820
Ceará	320:541\$360
Rio Grande do Norte	68:897\$730
Parahyba do Norte	13:689\$140
Pernambuco	460:691\$810
Sergipe	15:261\$200
Alagoas	33:397\$730
Bahia	169:573\$143
Espirito Santo	3:770\$190
Rio de Janeiro	6.256:622\$946
Estado do Rio	12:126\$695
São Paulo	1.485:885\$767
Paraná	2.268:239\$050
Contestado	369:348\$854
Rio Grande do Sul	2.256:338\$296

Matto Grosso	35:623\$100
Republica Oriental	635:378\$005
Republica Argentina	381:284\$500
Chile	495:636\$000
Estados Unidos	8:000\$000
Patagonia	2:082\$300
Inglaterra	3:275\$320
França	16:400\$840
Allemanha	4:800\$000
Italia	23:839\$500
Hollanda	5:040\$000

O desenvolvimento das forças economicas do Estado è um problema da maxima relevancia e dependente das circumstancias mais diversas. Infelizmente os poderes publicos estaduaes não podem enfrentar o assumpto com a precisa eficiencia e da União, na phase actual de difficuldades financeiras e de economias rigorosas, nada é possível esperar.

A primeira condição para o impulso das nossas forças productoras é a estrada, é o transporte facil.

O defeito principal da colonisação consistio em formar nucleos em lugares afastados sem a abertura immediata de estradas que facilitassem aos colonos as communições, o transporte dos productos e o commercio com as populações visinhas. A estrada teria assim o aspecto economico e o politico, approximando e ligando o elemento adventicio ao elemento nacional. Neste particular não foram improductivos os meus esforços nos dois annos de governo que se vão completar. Na parte competente desta mensagem encontrareis dados completos sobre os trabalhos executados que constituem, aliás, o começo de execução do plano que adoptei para a viação geral do Estado, de conformidade com as necessidades economicos das respectivas regiões. Isto é o que propriamente pode

depende do Estado. A viação ferrea, o povoamento e a propaganda e ensino agricola, o aperfeiçoamento e selecção da industria pecuaria, o serviço de indios etc., escapam aos recursos do Estado. Para nós e por enquanto esses só poderão ser realizados pela União; outros, porem, poderiam ser enfrentados, parcialmente, pela iniciativa particular. Não temos actualmente nenhuma via ferrea em actividade de construcção. A D. Thereza Christina ou será prolongada até Araranguá e ao Estreito, tornando-se uma estrada de grande movimento e de brilhante futuro, ou ficará condemnada a existencia ingloria dos deficits permanentes. A de Santa Catharina que se destina ás altas regiões do planalto até a fronteira argentina, está com os seus trabalhos suspensos em virtude das condições prementes da situação mundial. E dessa estrada e da ligação do norte e do centro do Estado com a capital por ella ou pelo S. Paulo—Rio Grande dependem, em grande parte, a exploração de riquezas em ser, o povoamento do nosso solo e a nossa grandeza industrial e agricola. Porque assim teremos a immigração voluntaria de braços e de capitães attrahidos fatalmente pela excellencia e abundancia dos nossos recursos.

O serviço de povoamento, que tem uma inspectoría neste Estado, por falta de verba orçamentaria, se tem limitado á conservaço dos nucleos Anitapolis, Esteves Junior e Rio Branco, não podendo desenvolvê-los, nem abrir novas estradas e nem ao menos conservar as existentes.

Com a guerra ficou paralisada completamente a immigração estrangeira.

A Inspectoría Agricola que tão bons serviços vinha prestando com a installaçáo de postos de instrumentos agrarios em diversas localidades e com um trabalho intenso de propaganda dos modernos methodos de cultu-

ra, teve transferida a sua séde para Curityba. Actualmente existe nesta capital um inspector agricola com um auxiliar mas sem recursos para téntar qualquer empreendimento novo. O Aprendizado Agricola do Tubarão, installado em uma zona de grande importancia agricola foi supprimido por economia. Foram conservados o Posto Zootechnico de Lages que está prestando importantes serviços á industria pastoril da região serrana e o campo de demonstração do Itajahy.

Não deixa de relacionar-se com o desenvolvimento agricola do Estado o serviço de indios. E' sabido que em Blumenau e outros pontos os selvicolas inquietam os colonos, destroem as suas propriedades quando não os atacam, massacrando-os. Torna-se, pois, impossivel a localisação de colonos nas regiões frequentadas pelos indios. O posto federal de attracção do Rio Plate conseguiu os melhores resultados.

E' grande o numero de indios já em contacto com a civilisação por intermedio do posto, tendo os colonos voltado á tranquillidade e ao trabalho. Infelizmente a séde da inspeçtoria de indios foi tambem transferida para o Paraná, onde, aliás não existem indigenas em estado selvagem como em Santa Catharina. A' representaçao federal do Estado solicitei empregasse os maiores esforços no sentido da conservaçao do posto do Rio Plate.

Não são lisongeiras, pois, em virtude da crise financeira, as condições dos serviços federaes no Estado que mais de perto dizem respeito ao seu desenvolvimento economico.

E, porem, de justiça salientar os bons serviços que, mesmo assim, vem prestando ao Estado a Inspectoria Veterinaria. Annualmente a epizootia da raiva causa avultados prejuizos á nossa industria pecuaria. Mesmo no corrente anno a mortandade de animaes em Blumenau chegou a ci-

fras alarmantes. A Inspectoria Veterinaria tem sido prompta em attender a todas ás solicitações, enviando auxiliares ás localidades assoladas. Esse zelo, que vem de longe, tem continuado com o actual Inspector, o Sr. Dr. Alfredo P. de Araujo.

Annexo á Inspectoria Veterinaria funciona o Instituto Pasteur, cuja importancia é da mais alta significação humanitaria. No Instituto o tratamento é gratuito.

Em 1911 foram ali submettidas a tratamento 36 pessoas; em 1912, 26; em 1913, 16; em 1914, 7; em 1915 não houve tratamento; e no primeiro semestre do corrente anno, 10.

Encareço a necessidade do Congresso votar uma verba para auxiliar a manutenção do Instituto Pasteur, que é mantido pelo governo federal, mas com recursos tão reduzidos que quasi fica impossibilitado de preencher os seus elevados fins.

Ainda ultimamente o governo do Estado teve de prestar auxilio pecuniario ao Instituto para que não suspendesse os seus serviços.

Como já vos declarei, o problema da viação publica, **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** de que se pode dizer constitue a propria estructura economica do Estado, tem sido uma das minhas maiores preocupações no governo.

Na falta de estradas de ferro, urge a construcção de estradas de rodagem com uma mesma orientação, obedecendo a um plano geral, ligando entre si os centros de producção e consumo e os portos de escoamento, facilitando e barateando os transportes.

A rede geral da viação deverá obedecer a um só typo de estradas proprias para os transportes por meio de tracção animal ou por automoveis. Os municipios pode-

rão concorrer. efficazmente para a realisação de um completo systema de viação, tomando a seu cargo a construcção e conservaço das estradas vicinaes que derivem das zonas habitadas do interior para as estradas geraes. Devemos quanto antes ligar o norte, o centro e o sul do Estado por estradas excellentes, de forma que as viagens de carros e automoveis, que já são feitas de Rio Negro a esta capital, possam estender-se até o extremo sul do Estado, com ligações para a região serrana, para onde, aliás, já possuímos a de Lages e a do rio do Rasto. Continua em construcção a de Blumenau a Curitybanos. Por sua vez a de Lages tem de ser levada pelo Cerrito até a estação do Herval e por Curitybanos até a estação do Caçador, na E. de F. S. Paulo—Rio Grande e a do rio do Rasto até a villa de S. Joaquim, de onde se ligará a de Lages pelo valle do Urubicy.

A ligação do norte ao sul do Estado seria mais barata aproveitando-se a estrada actual, mas essa tem o inconveniente de não servir ás zonas agricolas do interior, alem de não obedecer a um traçado geral para communições com o centro.

Entretanto, não pode ser abandonada, devendo ser conservada e desenvolvida com a construcção de ramaes para os nucleos de população dos municipios que atravessa, especialmente o de Garopaba.

A ligação que me parece mais conveniente aos nossos interesses economicos tem o seu ponto de partida em S. João Baptista, em Tijucas; passando por Major, Angelina, Therezopolis e Capivary até Tubarão, pelo valle do Capivary e pelo outro lado para Imaruhy pelo valle do Aratingauba. Essa estrada servirá a toda a importante zona agricola dos valles dos rios Tijucas e Capivary.

De Tubarão para o sul é urgente a reconstrucção e

terminação das estradas de Pedras Grandes e de Palmeiras á Urussanga até Araranguá.

Cortando essa estrada já existe em adiantada construção, iniciada o anno passado, uma outra que vem desde as proximidades de Nova Veneza, passando por Cresciuma, até o ponto denominado Pontão, no rio Jaguaruna, onde se ligará com o canal, cujas obras já estão quasi concluidas até ali. Dessa estrada faltam construir apenas 15 kilometros, para o que já providenciei devidamente. Mais tarde deverá ella ser prolongada até o rio Manoel Alves. Assim terminadas as pontes que mandei construir nas praias de Laguna a Araranguá, ficará completo, em suas linhas geraes, o systema de viação do sul do Estado, não só dispondo dessas estradas, como da via ferrea D. Thereza Christina e do canal, destinado, sem duvida, a exercer papel saliente no desenvolvimento da aegião a que serve. No norte, por emquanto, alem da conservação das estradas existentes é preciso reconstruir a de Paraty a Itapocú e a de Campo Alegre á estação do Rio Vermelho.

Em synthese, para não entrar em mais amplos detalhes que constam de relatorios á vossa disposição e da relação infra, são estas as linhas geraes do plano que adoptei para a viação do Estado, o qual já está sendo posto em pratica.

Durante o anno de 1915, foram despendidas as seguintes quantias, em estradas, pontes e proprios estaduaes, no total de 376:965\$725:

ESTRADAS

Obras de conclusão da estrada de Pedrinhas ao Braço do Norte	14:273\$100
Concertos e conservação da estrada de Blumenau á Curitybanos, feitos por intermedio da Municipalidade de Blumenau	5:400\$000

Conservação da estrada D. Francisca	19:020\$769
Pago pela primeira prestação do contracto para a conclusão das obras da estrada do Serro-Rega, ligando Blumenau a Joinville	20:623\$880
Conservação e concertos da estrada do Rio do Rasto	4:258\$280
Concertos da estrada do Alto Biguassú, feitos por intermedio da Municipalidade de Biguassú	2:400\$000
Conservação da estrada do Estreito á Lages	44:298\$169
Concertos da estrada de Tijucas á Nova Trento	3:141\$250
Construcção da estrada entre a villa de Canoinhas e a estação da estrada de ferro	12:000\$000
Construcção da estrada do Cocal á Jaguaruna	11:400\$000
Concertos na estrada do Estreito á Biguassú	150\$000
Idem na estrada de S. José á Angelina	250\$000
Reconstrucção de uma muralha de arrimo no Estreito, na estrada geral	956\$876
Concertos na estrada de Itajahy á Brusque, feitos por intermedio dessas duas municipalidades	4:600\$000
Idem na estrada de Pedras Grandes á Azambuja	400\$000
Pago pela primeira prestação do contracto de construcção da estrada do rio Sangão (Cresciuma)	30:000\$000
Construcção da estrada de Itoupava Rega	12:025\$000
Estudo de uma estrada de rodagem entre Campos Novos e a estação do Rio Capinzal	2:648\$500

Idem, idem, entre o Alto Biguassú e Perdidas	1:977\$000
Concertos na estrada de Nova Trento á Brusque	2:100\$000
Idem na estrada da 2ª linha Torrens, em Urussanga	350\$000
Idem na estrada de Theresopolis á Capivary	200\$000
Idem na estrada entre Porto Bello e Camboriú	2:961\$135
Idem na estrada de Brusque á Blumenau	210\$000
Idem na estrada antiga de S. Miguel á Tijucas, inclusive a desobstrucção do rio Inferninho	5:742\$050
Estudos da estrada do rio dos Porcos em Araranguá	1:791\$150
Concertos em diversas estradas do municipio de Campos Novos, feitos por intermedio da respectiva Superintendencia	700\$000
	<hr/>
	203:877\$159

PONTES

Reconstrucção duma ponte em Lauro Müller	1:623\$770
Idem de um boeiro no Estreito	299\$942
Idem da ponte da Carolina, na estrada do Estreito á Biguassú	1:980\$000
Reconstrucção da ponte de S. Antonio, municipio de Urussanga	700\$000
Ponte proxima ao Matadouro na estrada do Estreito á Biguassú	373\$304
Construcção de cinco pontilhões no municipio de Araranguá	1:396\$500
Custo de uma ponte metalica sobre o rio Itapocú e transporte até o local	8:664\$400

Reconstrucção da ponte sobre o rio Linhares, em Garopaba	400\$000
Auxilio ao municipio de Urussanga para reconstrucção de uma ponte na villa	1:471\$000
Reconstrucção de uma ponte na estrada de Tubarão á Guarda	1:150\$000
Idem de uma ponte sobre o rio Aririú, no municipio da Palhoça	500\$000
Idem da ponte sobre o braço do rio Garcia em Camboriú	1:133\$000
Idem da ponte sobre o ribeirão das Aguas Claras, no municipio de Brusque	350\$000
Idem de um boeiro proximo á Enseada de Britto	918\$198
	<hr/>
	20:960\$114

PROPRIOS ESTADUAES

Concertos no Matadouro do Estreito	200\$000
Conservação da antiga Estação Agronomica	1:190\$000
Collocação de caixas de agua nos grupos Lauro Müller e Silveira de Souza	2:004\$100
Concertos no edificio do Grupo Conselheiro Mafra	125\$180
Idem, idem na Chefatura de Policia	489\$800
Idem na Cadeia da Capital	390\$000
Idem do Quartel do Regimento de Segurança	68\$000
Idem do Palacio do Congresso Representativo	166\$500
Idem da Cadeia de Lages	227\$220
Reforma da installação electrica do Theatro Alvaro de Carvalho	1:171\$000
Terminação da construcção do edificio do Forum de S. Francisco	36:469\$175

Concertos no edificio da escola de Brusque	250\$000
Concertos, inclusive pintura e conservação no Palacio do Governo	29:412\$829
Por conta da construcção do Forum da Laguna	66:250\$000
Construcção da Cadeia de Curitybanos	3:370\$255
Concertos, pintura interna e externa do edificio do Thesouro	1:799\$760
Concertos no edificio da Agencia do Com- missariado em Brusque	150\$000
Concertos e pintura na lancha da Policia	811\$270
Concertos na cadeia de São Joaquim	500\$000
Reconstrucção dum muro na Hospedaria de Immigrantes	300\$000
Concertos na cadeia de Brusque	514\$000
Acquisição de terrenos e cachoeira do rio Tavares, para augmento do abastecimen- to de agua da Capital	6:269\$300
	<u>152:128\$452</u>

RESUMO

Estradas	203:877\$159
Pontes	20:960\$114
Proprios estaduaes	<u>152:128\$452</u>
Total	376:965\$725

Nos algarismos acima indicados não está comprehendida a importancia dispendida com as obras de esgotos da Capital.

No corrente anno, de Janeiro a Julho, foram feitas, autorisadas e contractadas as seguintes obras :

OBRAS	PAGAS	A PAGAR
ESTRADAS		
Concertos na de Porto Bello a Camboriú	2:961\$136	

Idem de Tijucas a Nova Trento	2:000\$000	
Idem de Theresopolis a Capivary	200\$000	
Idem de S. José a Angelina	283\$900	
Idem do Estreito a Biguassú	283\$200	
Idem de Nova Trento a Brusque	1:402\$600	
Idem do Kreker (Brusque)	750\$000	
Idem do rio do Sul a Sta. Thereza	2:000\$000	
Idem de Curitybanos a Campos Novos	4:000\$000	
Idem de Brusque a Blumenau	372\$000	
Idem de Itajahy a Brusque	124\$000	
Idem de Brusque a Nova Trento	303\$000	
Idem do Alto Biguassú	600\$000	
Idem de Biguassú a Tijucas	1:000\$000	
Idem de S. Bento a Estação da Estrada de Ferro	5:000\$000	
Idem do estivado do Sangão	3:049\$170	
Idem da Serra de S. Bento (Araranguá)		1:200\$000
Idem de Orleans a Lauro Müller	1:000\$000	
Conservação da Estrada do Estreito a Lages	20:000\$000	
Idem de D. Francisca	9:000\$000	
Idem do Rio do Rasto	3:000\$000	
Idem e construção da de Blumenau a Curitybanos	5:945\$730	
Construção do novo traça-		

do pelo morro do Encano lado do Porto Bello, na estrada de Tijucas a Ita- jahy	12:264\$000	2:862\$400
Concertos na mesma estrada, entre Porto Bello e Cam- boriú		1:986\$000
Reconstrucção da estrada de Pedrinhas a Braço do Nor- te	1:500\$000	27:500\$000
Construcção do prolonga- mento da estrada do rio Mãe Luzia ao Pontão, a partir do rio Urussanga		59:400\$000
Construcção da do Serro Re- ga (terminação) sendo 12:500\$000 em apolices	12:533\$500	
Idem do morro da Vargi- nha (Palhoça)	300\$000	
Concertos na estrada de S. José a Angelina	5:654\$600	
Estudos de diversas estradas		3:814\$000
TOTAL	<u>95:526\$836</u>	<u>93:762\$400</u>

PONTES

Diversas pontes na estrada de Itajahy a Brusque	2:780\$000	
Ponte metalica sobre o rio Ja- raguá (construcção dos en- contros e montagem)		18:265\$800
Ponte dos tres Henriques (con- strucção) na estrada do Es- treito a Biguassú		2:584\$680

Construcção da ponte sobre o rio Urussanga na estrada da Laguna a Araranguá		5:430\$000
Duas pontes na estrada de Lauro Muller a Nova Treviso		1:200\$000
Concertos em pontes, pontilhões e boeiros na estrada de Tijucas a Nova Trento	1:000\$000	1:510\$550
Reconstrucção da ponte do Oliveira na mesma estrada		500\$000
Idem de um boeiro no Timbé (estrada do Estreito a Tijucas)		150\$000
Idem das pontes da Sanga Morta e Rio Armazem (Tubarão)		1:487\$000
Idem da ponte sobre o rio Natal, na estrada de Hansa a S. Bento		3:697\$000
Idem de uma ponte no Km. 9 e 4 boeiros na estrada de Nova Trento a Brusque	4:21\$000	
Cobertura da ponte do Km 9º		200\$000
Concertos em uma ponte e tres pontilhões na estrada de Biguassú a Tijucas		160\$000
Concertos e pintura da ponte do Salto, em Blumenau	5:000\$000	
Um boeiro no Estreito	900\$000	
Reconstrucção da ponte sobre o rio Aririú (conclusão)	635\$800	
Idem da ponte sobre o rio		

Garcia, em Camboriú (conclusão)	566\$500	
Construcção de uma ponte pensil em Nova Veneza	2:554\$000	
Pintura das pontes metalicas Gustavo Richard, Pinheiro Machado (estrada do Estreito a Lages) e da sobre o rio Biguassú	2:114\$880	
Total	<u>15:972\$180</u>	<u>35:185\$030</u>

PROPRIOS ESTADUAES

Construcção do Forum da Laguna (conclusão)	25:700\$000	
Concertos no grupo Escolar Luiz Delfino	159\$160	
Idem na cadeia de Blumenau	556\$200	
Pintura e concerto no Quartel do Regimento de Segurança	1:539\$810	
Pintura do Palacio do Congresso	2:003\$254	
Concertos na Cadeia de S. Joaquim	500\$000	
Concertos na de Curitybanos (conclusão)	912\$000	
Concertos no edificio da Chefatura	209\$700	
Idem do Forum de Joinville	227\$100	
Idem do edificio da Agencia de Terras, em Brusque	251\$300	
Idem na Cadeia da cidade de S. José	205\$220	
Acquisição de predio para as		

Escolas Reunidas de Tiju- cas	8:000\$000
Idem do da Rua Deodoro (Capital)	35:000\$000
Esgotos do Forum da Lagu- na	1:320\$800
Concertos da Escola Normal	407\$900
Concertos e pintura interna no Grupo Lauro Muller	798\$172
Concertos no Grupo Silveira de Souza	209\$392
Calçamento a parallelipipe- dos em frente e ao lado do Theatro Alvaro de Car- valho	5:557\$370
Caiação do muro da Escola de Aprendizes artífices	396\$000
Total	83:953\$378

Em resumo, no primeiro semestre do corrente anno, já foram dispendidos, em obras publicas, 193:687\$958, sendo:

Em estradas	93:762\$400
Em pontes	15:972\$180
Em proprios estaduaes	83:953\$378

Além disso já está aberta concorrência publica para a construcção da Estrada do Rio Novo á séde do alto Capivary, no municipio da Palhoça; para os concertos no leito e obras de arte da estrada de Pedras Grandes á Azambuja e para a reforma do velho edificio da Chefatura de Policia. Essas obras, bem eomo as de adaptação do predio adquirido na villa de Tijuca para as Escolas Reunidas, que já estão promptas, mas ainda não foram pagas, importarão em quantia superior a 60:000\$000.

Foram feitos os estudos da estrada de Azambuja á Urussanga; da estrada de S. João Baptista á Angelina; da de Biguassù ás Perdidas; do rio Novo a Capivary e varios outros. Procede-se actualmente o estudo de uma estrada de rodagem ligando toda a vasta e accidentada zona do valle do Capivary desde a séde desse nome, no alto rio, até á cidade do Tubarão e de outra até á villa do Imaruhy pelo valle do Aratingauba, servindo S. Martinho e Cedro.

RECEITA

Ao exercicio de 1914, encerrado com regular deficit, motivado não sò pela diminuição da receita, consequencia de uma crise economica, como pelo augmento da despesa em virtude da contlagração dos fanaticos, seguiu-se um anno dos melhores para as finanças do Estado.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Orçada a receita para 1915 em 2.577:600\$000, a renda ordinaria elevou-se a 2.941:774\$761, alem de mais 387:501\$205 de renda extraordinaria, ou seja uma receita total de 3.329:275\$966. Mesmo sem levar em conta a receita extraordinaria, a renda de 1915 excedeu á orçada em 364:174\$761 e á de 1914 em 599:202\$816.

Quasi todas as fontes de receita sobrepujaram a espectativa orçamentaria, conforme se vê do seguinte quadro:

	Orçada	Arrecadada	Para mais
Imposto de export.	670:000\$	826:304\$652	156:304\$652
Patente de bebidas	92:000\$	102:593\$141	10:593\$141
Heranças e legados	54:000\$	74:821\$763	20:821\$763
Imposto sobre ani- maes	3:500\$	14:806\$150	11:306\$150
Industrias e profis- sões	395:000\$	426:091\$194	31:091\$194

Imposto de sello	120:000\$	143:290\$397	23:290\$397
Imposto sobre capital	300:000\$	315:557\$843	15:557\$843
Imposto de transmissão	245:000\$	271:466\$123	26:466\$123
Divida activa	25:000\$	50:989\$622	25:989\$622
Indemnizações, etc.	13:800\$	18:014\$676	4:214\$676
1/2 % em favor da instrução	40:000\$	61:565\$317	21:565\$317
Taxas em favor da caridade	130:000\$	189:971\$362	59:971\$362
Imposto sobre gado que descer da região serrana	35:000\$	43:021\$500	8:021\$500
Taxas de caes	32:000\$	41:055\$271	9:055\$271
Porcent. aos fiscaes	5:000\$	6:380\$280	1:380\$280
TOTAL:			425:629\$291

Ficaram aquem da espectativa orçamentaria apenas as seguintes rubricas:

	Orçada	Arrecadada	Para menos
Divida colonial e venda de terras	105.000\$	75:774\$139	29:225\$861
Imposto sobre carroções	4:000\$	1:691\$460	2:308\$540
Taxa judiciaria	14:500\$	13:159\$135	1:340\$865
Emol. sobre terras	5:000\$	3:572\$625	1:427\$375
Taxa sobre forç.hydr.	3:000\$	1:400\$000	1:600\$000
Taxa de metragem	30:000\$	21:793\$517	8:206\$483
Multas diversas	30:000\$	22:654\$594	7:345\$406
Auxilio do municipio de Florianopolis para illumination publica	10:000\$		10:000\$000
TOTAL			61:454\$530

As seguintes rubricas corresponderam exactamente á consignação do orçamento:

Beneficio das loterias	42:000\$000
Renda do Theatro	1:000\$000
Aluguel do matadouro	4:800\$000
Arrendamento dos serviçõs de agua e luz	168:000\$000

Todas essas rendas produziram o total de 2.941:774\$761, acima indicado, no qual não estão comprehendidas as seguintes parcelas, escripturadas como renda extraordinaria, movimentos de fundos e operações de credito:

Inst. domiciliarias de esgotos na Capital	7:363\$267
Auxilio do Governo Federal ao custeio das operações contra os fanaticos	25:000\$000
Subvenção especial do Governo Federal aos estabelecimentos de caridade da Capital	15:000\$000
Producto do emprestimo contrahido de accordo com o Dec. n.º 893, de 10 de Novembro de 1915, para liquidação das dividas do exercicio de 1914	166:060\$000
Saque do Banco do Commercio	40:000\$000
Removidos da Caixa de Emprestimos, creada pelo art. 2 do Dec. n. 884 de 21 de Setembro de 1915, para a geral, como indemnisação e por conta de despezas pagas por esta	15:522\$000
Removidos da Caixa Especial de 1914 para a de 1915	78:000\$000
Saldo do exercicio anterior	40:545\$671
	<hr/>
	387:500\$938

A renda total do exercicio attingiu portanto a
3.329:275\$699.

O augmento que se nota na arrecadação de 1915 deve-se á melhoria da situação economica do Estado e á uma fiscalisação das rendas feita com maior cuidado. Nenhum imposto novo foi creado em 1915, tendo-se apenas elevado para 2 % a taxa de heranças e legados e passado integralmente para o Estado o imposto de transmissão de propriedade que era cobrado em partes iguaes por este e pelos municipios.

A differença da receita de 1915 sobre a de 1914, foi, como já ficou dito, de 599:202\$816. Devo, porem, observar que em 1914, a renda soffreu notavel depressão, tendo ficado apenas em 2:342:571\$945, quando, anteriormente, em 1913, já attingira a 2.805:147\$573.

Entre as rendas de 1913 e 1915, a differença é apenas de 136:627\$188 em favor deste; mas convem notar que o anno de 1913 fôra o de melhor arrecadação, tendo, para isso, contribuido muito accentuadamente a rubrica «Divida colonial e venda de terras», que produzio então 334:646\$488 quando em 1915 figura apenas com 75:774\$139.

DESPEZA

A Lei Orçamentaria para 1915 fixou a despesa em 2.649:763\$015. A despesa effectivamente feita elevou-se, porem, a 3.083:053\$669. O excesso foi dispendido por conta de creditos especiaes e supplementares e de autorisações concedidas pela Lei nº 1012 de 19 de Outubro de 1914 e pelo art. 11 da dita lei orçamentaria.

Entre a despesa autorizada e a effectuada ha uma differença de 197:259\$986, em favor daquella, como mostra o seguinte quadro:

Titulos da Despeza	Autorizada pela Lei Orçamen- taria, Leis especiaes e cre- ditos supplementares e especias	Realizada durante o exercicio	Autorizada sobre a realizada	Realizada sobre a autorizada
Subsidio e representação	30:000\$000	28:868\$811	1:131\$189	
Gabinete do Governador	8:770\$000	8:247\$298	532\$702	
Palacio, do Governo	36:320\$000	33:732\$972	2:587\$028	
Congresso Representativo	38:622\$000	35:799\$000	2:823\$000	
Secretaria do Congresso	21:160\$000	21:160\$000		
Secretaria Geral do Estado	119:036\$000	114:213\$831	4:822\$169	
Thesouro do Estado	251:208\$000	255:977\$791		4:769\$791
Magistratura	258:110\$000	254:036\$176	4:073\$824	
Chefatura de Policia	35:340\$000	31:734\$943	3:605\$357	
Cadeias	60:220\$000	60:127\$235	92\$765	
Regimento de Segurança	372:119\$000	372:110\$000	9\$000	
Instrucção Publica	547:526\$000	518:783\$582	28:742\$418	
Bibliotheca Publica	5:340\$000	4:360\$700	979\$300	
Hygiene Publica	16:900\$000	16:828\$974	71\$026	
Pessoal Inactivo	89:757\$200	90:267\$238		530\$038
Correspondencia	25:000\$000	24:100\$940	576\$060	
Despezas judicarias	24:000\$000	19:510\$000	4:450\$000	
Obras Publicas	191:284\$227	192:034\$227		750\$000
Eventuaes	185:000\$000	187:410\$474		2:410\$474
Iluminação Publica	30:500\$000	31:616\$333		1:116\$333
Total	2.346:222\$427	2.301:303\$225	54:495\$838	9:576\$636
CAIXA ESPECIAL			41:350\$887	
Juros e amortisação de apolices	180:000\$000	138:649\$113		
Divida passiva	419\$375	419\$375		
Divida Externa	387:064\$815	357:500\$909	29:563\$906	
Applicação da receita especial creada pela Lei nº 563 de 1903, e da passagem do rio Ca- noas, inclusive a porcentagem aos agentes	35:000\$000	34:174\$995	825\$005	
Custeio ao Hospital da Capital	12:000\$000	12:000\$000		
Idem aos de Itajahy, Blumenau, S. Francisco, Joinville, Tubarão Laguna e Lages	33:000\$000	33:000\$000		
Idem ao Hospital de Tijucas	3:600\$000	3:600\$000		
Subvenção do hospital de Azambuja	3:000\$000	3:000\$000		
Idem ao Asylo de Orphãos S. Vicente de Paulo	3:000\$000	3:000\$000		
Idem ao Asylo de Mendicidade Irmão Joaquim	2:000\$000	1:999\$980	\$020	
Deducção de 5 % da renda em favor do es- tabelecimentos pios de accordo com a Lei nº 475 de 1907 com applicação especial	5:680\$000		5:680\$000	
Porcentagem aos riscas da exportação	5:500\$000	6:118\$419		618\$419
Creditos especiaes abertos pelos Decretos ns. 859, 863 e 900 de 11 de Fevereiro, 16 de Março e 1º de Dezembro de 1915	256:700\$000	168:694\$760	88:005\$240	
Applicação da receita especial creada pela Lei nº 454 de 1900, inclusive porcentagem aos exactores	31:800\$000	44:265\$855		12:465\$855
	3.304:986\$617	3.107:726\$631	219:920\$896	22:660\$910
	3.107:726\$631		22:660\$910	
	197:259\$986		197:259\$986	

Demonstração da divida activa proveniente do exercicio de 1915.

ESTAÇÕES	INDUSTRIAS	PATENTES	CAPITAL	CARROÇÕES	ANIMAES	TOTAL
Sub-directoria de Rendas	12:017\$680	2:503\$250	2:302\$990	—	—	16:823\$920
Mezas de Rendas	Itajahy 1:812\$934	102\$000	1:503\$000	—	—	3:417\$934
	São Francisco 1:800\$860	272\$000	457\$000	—	—	2:529\$860
	Laguna 2:295\$075	243\$250	3:793\$000	—	—	6:330\$325
	Tijucas 3:572\$660	68\$000	2:017\$000	—	—	5:657\$660
Collectorias	Blumenau 4:938\$373	1:613\$980	7:527\$000	—	—	14:079\$353
	Joinville 4:383\$632	578\$000	3:780\$000	—	—	8:741\$632
	Lages 2:028\$700	566\$000	2:366\$000	—	—	4:960\$700
	Tubarão 6:885\$057	4:328\$820	4:014\$000	—	—	15:227\$877
	Brusque 488\$240	—	107\$000	—	—	595\$240
	Palhoça 4:078\$855	986\$000	2:619\$000	—	—	7:683\$855
	São Bento 521\$890	170\$000	907\$000	—	—	1:598\$890
	Biguassú 670\$746	238\$000	1:026\$000	—	—	1:934\$746
	São José 1:168\$486	212\$500	639\$000	—	—	2:019\$986
	Campos Novos 622\$140	408\$000	924\$000	—	—	1:954\$140
	Araçanguá 132\$145	42\$500	1:304\$000	—	—	1:478\$645
	Curitybanos —	—	2:357\$000	—	—	2:357\$000
	São Joaquim 125\$000	—	416\$000	—	1:310\$000	1:851\$000
Canoinhas 935\$305	212\$500	581\$000	—	—	1:728\$805	
Agencias	Campo Alegre 534\$625	540\$000	845\$000	420\$000	—	2:139\$625
	Paraty 943\$420	110\$500	827\$000	—	—	1:880\$920
	Nova Trento 231\$336	41\$480	60\$760	—	—	333\$576
	50:187\$159	13:035\$780	40:372\$750	420\$000	1:310\$000	105:325\$689

Neste quadro foi incluída como despesa realizada a importância de 24:672\$962 que, entretanto, não foi paga, por não ter sido reclamada no devido tempo, o que reduz a despesa effectivamente feita aos 3.083:053\$669 já referidos.

Nesse total não foram comprehendidas as seguintes despesas, de character extraordinario ou oriundas do movimento de fundos:

Pago ao Banco do Commercio por conta e juros de diversos emprestimos	56:740\$800
Applicação do auxilio do Governo Federal ao custeio das operações contra os fanaticos	25:000\$000
Applicação do auxilio concedido pelo Governo Federal aos estabelecimentos de Caridade da Capital	15:000\$000
Removidos da Caixa Geral para as de Alienados e Depositos, por conta de maiores quantias a ellas tomadas por emprestimo	29:584\$000
Removidos da Caixa Geral para a de Depositos, de accordo com a Lei n.º 932, de 1912	20:000\$000
Removidos por emprestimo da Caixa Geral de 1915 para a de 1916	20:396\$800
Removidos da Caixa Especial para a de Depositos, por conta do saldo destinado ás obras do caes da Laguna	8:741\$020
Removidos da Caixa Geral de 1915 para a de 1914	685\$620
Transferidos para a Caixa de Monte-pio, de conformidade com o n.º 9 do art. 37 do Decreto n.º 472 de 1909	4:439\$123
Total	180:587\$363

Assim, pois, a despesa total attingiu a 3.263:641\$032, que comparada com a receita, de 3.329:275\$699, deixa um saldo de 65:634\$667, que passou para o corrente exercicio, sendo:

Em dinheiro	64:977\$587
Em mão de responsaveis	657\$080

Já ficou demonstrado que a renda do Estado attingiu a 3.329:275\$699, sendo 2.941:774\$761 renda ordinaria propriamente dita, e 387:500\$938 proveniente de rendas extraordinarias e movimento de fundos.

Alem disso, porem, deve-se levar em conta:

a) a importancia das apolices emittidas em virtude das leis ns. 507 de 1901, 549 de 1902 e 769 de 1907, para diversas obras publicas e liquidação dos exercicios anteriores a 1914;

b) o producto do emprestimo contrahido com o Banco do Brazil para o proseguimento e conclusão das obras de esgotos da Capital.

A primeira dessas fontes produziu, de Janeiro a Dezembro, 231:200\$000 e a segunda, até o encerramento do exercicio, 302:515\$900. São, pois, mais 533:715\$900, que devem ser levados á conta tanto da receita como da despesa e farão subir a receita e a despesa aos seguintes algarismos:

Receita	3.862:991\$599
Despesa	3.797:356\$932
Saldo	<u>65:634\$667</u>

OPERAÇÕES DE CREDITOS

Alem das apolices emittidas, no valor de 231:200\$000 para diversas obras publicas e liquidação dos exercicios anteriores a 1914, de conformidade com as leis 507, 549 e 769, acima referidas, foram feitas, durante o exercicio

de 1915, mais duas operações de créditos: empréstimo para liquidação do exercício de 1914 e empréstimo para o proseguimento das obras de esgotos da Capital.

O primeiro foi realizado de accordo com a autorisação concedida pela lei n. 1038 de 30 de Agosto de 1915, em virtude da qual baixei o decreto n. 893, de 10 de Novembro do mesmo anno, mandando abrir subscrição publica para um empréstimo de 250:000\$000, em apolices, juros de 6^o/₁₀ e typo de 95.

Esse empréstimo foi totalmente coberto, tendo produzido 237:500\$000. sendo 166:060\$000 até o encerramento do exercício de 1915, isto é, até 30 de Abril do corrente anno e 71:440\$000 no presente exercício.

O seu producto foi exclusivamente empregado em pagamento de dividas resultantes de exercício de 1914.

Quanto ao empréstimo para o proseguimento das obras de esgotos da Capital, foi elle autorizado pela letra *b* do art. 11 da lei n. 1025, de Novembro de 1914 em virtude da qual foi baixado o Decreto n. 862, de 5 de Março de 1915, que mandou emitir apolices, nominativas ou ao portador até o maximo de dois mil contos de reis, juros de 5^o/₁₀ ao anno.

Nessas condições, foram emitidas 1.250 apolices de 1:000\$000, parte das quaes foi caucionada ao Banco do Brazil em garantia dum empréstimo em conta corrente, de 350:000\$000, juros de 10^o/₁₀, ficando a parte restante em poder do Coronel Elyseu Guilherme da Silva, procurador do Estado no Rio de Janeiro, reservada para reforço de caução á proporção que o Estado iôr saccando maiores quantias naquelle Banco. Em Julho do corrente anno foi esse empréstimo elevado a 500:000\$000, tendo sido reduzidos os juros a 9^o/₁₀ sobre a quantia ultimamente levantada. Tanto a parte das apolices que se acha caucionada, como a parte ainda em poder do Coronel Ely-

seu Guilherme da Silva, não vencem juros nem estão sujeitas ao sorteio.

Até o encerramento do exercício, o balanço deste empréstimo era de 302:515\$900.

DIVIDA PASSIVA

DIVIDA EXTERNA

A divida externa do Estado estava reduzida, ao encerrar-se o exercício de 1915, a lb. 218.230—2—1, sendo lb. 125.024—10—5, com a casa Emilie Erlanger & C^a e lb. 83.205—11—8 com a casa Dunn Fischer & C^a. Em moeda nacional, ao cambio de 15 o primeiro desses empréstimos e ao de 16 o segundo, representam, respectivamente, 2.000:392\$333 e 1.248:083\$750, ou seja um total de 3.248:476\$083.

O Estado tem sido rigorosamente pontual no serviço de amortisação e juros desses dois empréstimos. A baixa do cambio obrigou o Estado, em 1915, bem como no corrente exercício, a um sacrificio maior, pois dispendeu 357:920\$284 com as quotas de juros e amortisação correspondentes ao exercício, sendo 91:856\$284 proveniente da differença de cambio.

No corrente anno já foram pagos os coupons de juros e amortisação dos ditos empréstimos correspondentes ao exercício, com o que se dispendeu 356:532\$918.

DIVIDA INTERNA CONSOLIDADA

A divida interna consolidada em apolices é de
2.677:000\$000, assim discriminada :

Apolices inalienaveis emit-
das nos termos da lei 268
de 1897, para patrimonio
dos hospitaes do Estado

599:600\$000

Apolices inalienaveis para con-

strucção e conservação do Seminario Episcopal	50:000\$000
Apolices alienaveis emitti- das em virtude da lei 274, de 1897	200\$000
Apolices alienaveis emittidas na conformidade das leis 507 e 549 de 1901 e 1902	311:000\$000
Idem, idem nas condições es- tabelecidas nas lettras A e B da lei 679 de 1905	16:000\$000
Idem, idem de conformidade com o dec. 267 de 15 de Maio de 1900 e lei 441 de 1899 .	108:800\$000
Idem, idem de contormidade com o art. 9 da lei nº 769 de 23 de Setembro de 1907	1.349:800\$000
Idem, idem, ao portador de conformidade com o dec. 893 de 10 de Novembro de 1915	241:600\$000
	<hr/> 2.677:000\$000

DIVIDA FLUCTUANTE

A divida fluctuante, inclusive o emprestimo contra-
hido com o Banco do Brazil, é de 528:089\$322, assim
representada:

Importancia liquidada e inscri-
pta para ser paga nos ter-
mos da Lei 1012 de 19 de
Outubro de 1914

9:027\$608

Divida não liquidada e por

inscrever para ser paga nos termos do dec. 893 de 10 de Dezembro de 1915	113:269\$552
Apolices sorteadas e não pagas	4:500\$000
Dividas do exercicio de 1915	24:672\$962
Emprestimo tomado ao Banco do Commercio de Porto Alegre	26:619\$200
Idem ao Banco do Brazil	350:000\$000

RESUMO

Divida externa	3.248:476\$083
« interna consolidada	2.677:000\$000
« fluctuante	<u>528:089\$322</u>
Total	6.453:565\$405

DIVIDA ACTIVA

Em 1915 foram arrecadados 50:989\$622 de divida activa do Estado, sendo 6:156\$905 na Capital e 44:832\$717 no interior.

A divida activa proveniente do referido exercicio, subiu a 105:325\$689, ficando a divida total elevada a 580:021\$800, dos quaes 433:752\$297 considerados cobraveis e 146:269\$503 considerados incobraveis.

Expostas as condições actuaes do Estado, scientes do que o governo tem feito e pretende fazer dentro de um programma que deve ser executado pela continuidade de acção das administrações que vierem depois, chegareis á convicção, como eu, de que a nossa situação é promissora de um futuro brilhante. Progredimos modestamente, com a normalisação completa, absoluta, da nossa vida política e financeira.

**Demonstração da divida activa do Estado de Santa Catharina a
 contar do exercicio de 1885 a 1915, com declaração dos
 municipios a que pertence e indicando o estado de
 segurança e de fallencia em que se acha :**

ESTAÇÕES FISCAES		Importancia da divida	Solvavel	Insolvavel
Sub-directoria de Rend- das,(inclusive Cannas- vieiras e Ribeirão)		108:288\$605	61:458\$497	46:830\$108
Mezas de Rendas	Laguna	42:678\$681	31:830\$807	10:847\$874
	Itajahy	29:852\$963	24:712\$629	5:140\$334
	S. Francisco	10:074\$320	8:126\$425	1:947\$895
	Tijucas	29:800\$575	22:125\$093	7:675\$482
Collectorias	Joinville	31:072\$660	25:290\$019	5:782\$641
	Blumenau	40:327\$201	31:598\$700	8:728\$501
	Tubarão	72:588\$374	62:164\$794	10:423\$580
	Palhoça	29:161\$667	20:268\$264	8:893\$403
	Lages	56:080\$282	50:224\$754	5:855\$528
	Brusque	4:516\$131	3:844\$369	671\$762
	São Bento	10:159\$142	7:977\$625	2:181\$517
	Biguassú	13:907\$266	10:447\$324	3:459\$942
	Araranguá	9:116\$895	7:108\$827	2:008\$068
	São José	36:639\$523	27:427\$886	9:211\$637
	Curitybanos	9:007\$706	7:300\$091	1:707\$615
	São Joaquim	3:823\$515	2:769\$314	1:054\$201
	Campos Novos	10:852\$473	4:952\$294	5:900\$179
Canoinhas	8:643\$523	5:845\$655	2:797\$868	
Agencias fiscaes	Campo Alegre	10:943\$643	8:373\$097	2:570\$546
	Paraty	8:612\$472	6:699\$839	1:912\$633
	Nova Trento	3:874\$183	3:205\$094	668\$189
		580:021\$800	433:752\$297	146:269\$503

Movemos a nossa existencia de Estado autonomo na orbita da ordem e do progresso, e estamos certos de que ao lado dos seus co-irmãos da Federação, Santa Catharina pode apresentar-se dignamente, pela elevação com que pratica o regimen republicano, pelo livre funcionamento dos seus poderes publicos, pelo espirito de ordem do seu povo, pela organização de certos serviços, pelo seu accentuado progresso, pela pratica das altas virtudes politicas que presidem a nossa organização partidaria, extreme de paixões, de ambições e de intolerancias crimonosas.

Resolvida a questão de limites com o Paraná,—solução que urge apressar,—o Estado não terá mais entraves á sua evolução; e liberto desse pesadelo consumidor de energias e objecto de intensas preoccupações e de pertinaz vigilancia,—integralizado em seu territorio e fortalecido em recursos novos, poderá impulsionar corajosamente a obra, que temos iniciado, da grandeza de nossa finalidade historica nesta parte privilegiada do Brazil meridional.

Srs. Congressistas: Saudando-vos com effusão, tenho a honra de apresentar-vos as homenagens de meu respeito.

Palacio do Governo do Estado de Santa Catharina, em Florianopolis, 14 de Agosto de 1916.

Felipe Schmidt